



Universidade Federal
de Campina Grande



UFCG - Campus de Cajazeiras - PB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

**AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB, NOS ANOS DE 1970**

Cajazeiras – PB

2011

KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

**AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB, NOS ANOS DE 1970**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Semiárido Nordestino, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordestino.

Orientador: Prof. Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa.

Cajazeiras – PB

2011



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S725r SOUSA, Kássia Rejane Pereira de
As relações de poder no processo de criação do ensino superior na cidade de Cajazeiras-PB, nos anos de 1970./Kássia Rejane Pereira de Sousa. Cajazeiras, 2011.
78f.

Orientador: Francisco das Chagas Loiola Sousa.
Monografia (Especialização) UFCEG/CFP

1.História – ensino superior. 2. Ditadura militar – relações de poder – ensino de história. I. Sousa, Francisco das Chagas Loiola. II.Título.

UFCEG/BS

CDU – 94:378

KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

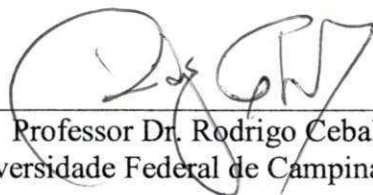
**AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB, NOS ANOS DE 1970**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordestino, aprovada em sua forma final pelo Curso de Especialização em História do Semiárido Nordestino da Universidade Federal de Campina Grande.

Cajazeiras, 23 de setembro de 2011

Francisco das Chagas de Loiola Sousa.

Professor Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa (orientador)
Universidade Federal de Campina Grande



Professor Dr. Rodrigo Ceballos
Universidade Federal de Campina Grande



Professor Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo
Universidade Federal de Campina Grande

À minha família que me apoiou e incentivou
durante todo o Curso.

AGRADECIMENTOS

João Paulo II dizia por meio da Encíclica *Fides Et Ratio* (Fé e Razão) que Deus abençoa o esforço da busca. Tenho a certeza de que durante todo o caminho trilhado para a conclusão desta etapa de minha vida, o Senhor Deus me acompanhou em cada passo, com sua benção e sua providência. Agradeço em primeiro lugar à Deus, que me chamou a consagrar minha vida à Ele e que sempre está presente em cada momento, em cada busca, me ensinando as maiores e mais importante lições da vida, e me levando a viver conforme sua Palavra. Tudo o que sou hoje devo à Sua misericórdia derramada de forma abundante em minha vida. À Ele minha gratidão, pois sempre levou em conta meus esforços e sonhos, abençoando minhas decisões.

Desde criança, ouvi sempre meus pais dizerem que a herança mais valiosa, que perduraria para sempre, e que deixariam para nós, seus filhos, era a educação. Por isto, nunca mediram esforços para que recebêssemos a melhor possível, fosse em casa, fosse na escola, para que nos tornássemos cidadãos conscientes e éticos. Agradeço a vocês mãe e pai, pois muito do que sou hoje devo à vocês, ao exemplo dado, aos valores ensinados, tudo o que me concederam, assim como tudo o que me negaram, pois isto me ensinou a valorizar a vida, a crescer e a amadurecer.

Aos meus irmãos, Iarley e Késsia, pela paciência que tiveram comigo durante este tempo, por todo o apoio dado e por acreditarem em mim, quando eu mesma custava a acreditar.

Aos meus irmãos da Comunidade Católica Siloé, pela compreensão em minhas ausências e distâncias, por sempre estarem presentes em minha vida, tornando-a mais feliz e completa, e por me levarem a Deus, quando preenchida e sufocada pelas ocupações e correrias do dia, Dele me afastavam. Vocês foram pra mim, consolo e alento.

Agradeço a meu orientador, o professor Loiola, pela imensa paciência e compreensão, aos prazos não cumpridos, aos e-mails não respondidos, aos encontros para orientação sem muitas palavras a dizer e marcados sempre por um longo silêncio, e pela corrida contra o tempo nos últimos dias. Obrigada por ter enriquecido minha vida com seu amplo conhecimento, e por ter tornado possível a conclusão desta jornada e a concretização de mais um sonho.

Agradeço a todos os meus professores por buscarem o amadurecimento de minhas idéias e propostas, pelas indicações e sugestões dadas, pelo incentivo e por todo conhecimento e sabedoria transmitidos durante todo o curso que ajudaram a clarear os caminhos a serem

trilhados durante a pesquisa, e as professoras Maria das Graças e Flaviana, pela revisão ortográfica.

Por fim, agradeço à FAFIC, ao diretor Pe. Agripino Ferreira de Assis e a Vice-Diretora Maria Iêda Félix Gualberto, por disponibilizarem todas as fontes documentais da FAFIC, viabilizando esta pesquisa, e pelas informações e indicações dadas, ao Padre Gervásio Fernandes de Queiroga e aos professores José Antônio de Albuquerque e Chagas Amaro pelo tempo e contribuição dadas, por meio de entrevistas, documentos disponibilizados e informações dadas, e por todos aqueles que de algum modo se fizeram presentes e contribuíram com a realização deste trabalho, e agora participam comigo da alegria pela vitória alcançada. A todos, meu muito obrigada.

LIBRARY OF THE
BIBLIOTECA DE SÃO PAULO
RUA SÃO CARLOS, 361 - JARDIM PAULISTA
05413-070 - SÃO PAULO - SP

“Deus colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade.” (João Paulo II)

RESUMO

Desde o momento em que surgiu a cidade de Cajazeiras, sua história está estreitamente ligada à educação e à religiosidade, o que nos leva a compreender a íntima relação da Diocese de Cajazeiras com a questão educacional na região sertaneja. Quando o então Bispo Diocesano Dom Zacarias Rolim de Moura decide por instituir a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras (FESC), e, posteriormente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), diante das preocupações e posicionamentos expostos pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II, e ainda da realidade vivida nas mediações da cidade naquele momento, a partir do incentivo e das medidas adotadas pela Reforma Universitária de 1968, realizada no Governo Militar, a cidade passou por uma experiência inovadora e inédita na região durante o período em questão: o acesso à educação superior, antes, praticamente exclusivo nas capitais e grandes centros urbanos, adentra o interior chegando ineditamente à região do Alto-Piranhas. Com o objetivo de averiguar as contribuições que a FESC trouxe para o desenvolvimento do ensino superior em Cajazeiras, desde as circunstâncias que proporcionaram sua fundação, das relações de poder, dos interesses em jogo, até as lutas políticas que marcaram sua consolidação como instituição do ensino superior do Sertão Nordeste, buscamos a partir das concepções de poder desenvolvidas por Michel de Foucault, compreender e reconstruir a trajetória da construção do ensino superior na cidade de Cajazeiras, partindo da criação de sua primeira faculdade, em 1970, situada no contexto de transformações e influências trazidas pelo quadro político nacional e refletidas a nível local. Baseado nos registros documentais desta época, como atas, correspondências, publicações, legislações, convênios, dentre outros, e nas entrevistas daqueles que se tornaram testemunhas oculares dessa história, e até participaram desta trajetória marcada por esperanças e lutas, analisamos como se deu o referido processo de criação da FAFIC e sua influência na cidade de Cajazeiras, que é referência e pólo educacional para a região. Através de análises realizadas aqui, é possível observar que as relações de poder não se extinguíram com o fim da ditadura militar, mas se aperfeiçoaram a partir das transformações que foram ocorrendo, graças ao processo de democratização da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: História - Ensino Superior – Relações de Poder – Ditadura Militar

RÉSUMÉ

Depuis son origine, l'histoire de la ville de Cajazeiras se trouve fort liée à l'éducation et à la religiosité, ce qui nous permet de comprendre les liens entre le diocèse de Cajazeiras et la question scolaire dans la région du "Sertão". Lorsque l'évêque diocésain, Mons. Zacarias Rolim de Moura, décide d'instituer la Fondation d'Enseignement Supérieur de Cajazeiras (FESC), et, ultérieurement, la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de Cajazeiras (FAFIC), compte tennant de la fonction sociale de l'Église catholique conformément à l'esprit du Concile Vatican II, ainsi que de la réalité de cette région-là, en ce qui concerne les effets d'encouragement résultant de la Réforme Universitaire de 1968, mise en oeuvre par le Gouvernement Militaire, la ville de Cajazeiras a connu une expérience novatrice et inédite dans la région, pendant la période du régime militaire: l'accès des jeunes de la région, auparavant exclus de l'enseignement supérieur, qui n'était assuré qu'aux capitales et les grands centres urbains, alors que, dorénavant, aux jeunes habitant des petits centres urbains a été assuré le droit d'avoir accès à l'enseignement supérieur, lequel se répandit à l'intérieur de l'État, dans des communes dont Sumé, Piranhas et d'autres. Cette recherche a pour but d'identifier les possibles contributions que FESC a apportées au développement de l'enseignement supérieur de Cajazeiras et région voisine, grâce aux conditions assurées par cette Fondation, tout en analysant les rapports de pouvoir, ainsi que les enjeux politiques qui s'y sont produits, dans la sphère de l'enseignement supérieur du "Sertão". Dans ce sens, on a eu recours aux conceptions de pouvoir formulées par Michel de Foucault, ce qui m'a permis de comprendre et de reconstituer le parcours historique de construction de l'enseignement supérieur de la ville de Cajazeiras, depuis la constitution de la première Faculté, en 1970, tout en présentant les influences de tel contexte politique national, notamment sur le plan local. Du point de vue méthodologique, on a eu recours à de différents documents tels que actes, correspondance, publications, législation, accords, parmi d'autres, ainsi qu'à des interviews permettant de recueillir des témoins oculaires sur cette histoire dont quelques-uns des interviewés ont même participé au processus de fondation de la FAFIC, tout en rendant compte de l'influence de cette institution sur l'histoire de Cajazeiras, qui constitue une référence pour toute une région, sur le plan de l'éducation. La recherche signale qu'en dépit de la fin de la dictature militaire et même pendant la période de démocratisation de la société brésilienne, se sont gardés – voire consolidés - les rapports de pouvoir fondamentaux des années 70.

Mots clés: Histoire – Enseignement – les relations de pouvoir – La dictature militaire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS.....	14
1.1 TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO EM CAJAZEIRAS: DO COLÉGIO PADRE ROLIM À CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA	14
1.2 DOM ZACARIAS E A IDEIA DE EXPANDIR O ENSINO EM CAJAZEIRAS POR MEIO DE UMA FACULDADE E UMA ESCOLA RADIOFÔNICA.....	15
1.3 EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DISCIPLINADOR E CIVILIZADOR.....	18
1.4 A CRIAÇÃO DA FESC E DA FAFIC	21
CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DA FAFIC EM FACE DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PERÍODO MILITAR (1964-1984).....	25
CAPÍTULO III – A FEDERALIZAÇÃO DA FAFIC E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CAJAZEIRAS	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

A cidade de Cajazeiras, na Paraíba, tornou-se conhecida por sua marca educacional, sempre presente em sua história, e não é de se estranhar que ela tenha sido o berço da primeira faculdade do interior paraibano. Diante disto, buscamos compreender o processo de criação do Ensino Superior na cidade, a partir das relações de poder, como influências, amizades e alianças políticas que permearam toda a sua trajetória, e que tornaram possível o projeto de interiorização da educação superior no Estado paraibano, partindo da análise dos personagens envolvidos, das relações existentes entre eles e as autoridades governamentais, tanto a nível local como a nível nacional, das condições favoráveis ao processo, geradas pelo próprio Regime Governamental, em vigor no período de 1964 a 1984, e como os acontecimentos refletiam o quadro nacional, nas medidas adotadas durante da Ditadura Militar, em especial, no setor educacional e na Reforma Universitária que acontecia em todo o território nacional.

Na perspectiva de reconstruir uma história local, que poucos, até então, ousaram aprofundar-se e ir além da história oficial contada, apenas como forma de preservar uma memória, é que se propõe o desenvolvimento desta pesquisa, realizada a partir de documentos e registros: atas, publicações, jornais da época, de trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva e, principalmente, de entrevistas daqueles que foram testemunhas oculares do processo de implantação do Ensino Superior na região e que contribuíram com a consolidação desse projeto no ano de 1970, quando foi fundada a primeira Faculdade da cidade de Cajazeiras, até o ano de 1980, quando a mesma foi desativada.

Tomando como metodologia principal a história oral, buscamos valorizar as memórias e recordações dos sujeitos, recolhendo informações através de entrevistas com pessoas que vivenciaram de algum modo os fatos ocorridos. Esta se apresenta como solução moderna disposta a interferir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidade humana. (ALBERTI, 2004)

Constantemente, ouve-se dizer que história é construção, onde tudo é possível, pois tudo são versões e construções do passado. Esse tipo de afirmação ganha maior ênfase na história oral, lugar privilegiado de diferentes visões e de subjetividade. Entretanto, é à história oral que pertence o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis, reconhecendo neles algo concreto e capaz de incidir sobre a realidade, tanto quanto qualquer outro fato. É claro que a análise dos fatos revelados por meio da oralidade

não é uma tarefa simples, pois é necessário levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e o que revela outras fontes. Desse modo, devemos apurar o ouvido e reconhecer os fatos que muitas vezes podem passar despercebidos. (ALBERTI, 2004)

Acredita-se que toda história, antes de ser escrita, passou por etapas narrativas ou outras manifestações de oralidade. Por esta razão, a história oral não deve ser vista como forma de “tapar buracos documentais”, mas como possível fonte histórica, merecedora de credibilidade e de valor histórico similar às fontes escritas, embora não se possa considerar o simples fato de realização de uma entrevista como o ato de se fazer história oral. (MEIHY, 2007)

A história oral é considerada como fonte identitária, capaz de retratar realidades e experiências de uma sociedade, permitindo o resgate do indivíduo como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo. Considerando este resgate da memória dos sujeitos e a análise de suas falas, que revelam as vivências de um determinado período da história local - além, evidentemente, das fontes escritas - buscamos realizar a (re)construção do passado, analisando os diversos discursos, opiniões e pontos de vista daqueles que, de algum modo, tornaram-se testemunhos e, de certa forma, fontes históricas essenciais para a compreensão do processo de interiorização do ensino superior na região de Cajazeiras, e as relações de poder que permearam a realização deste.

Partindo das concepções foucaultiana, o poder pode ser analisado como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos, que tem como ponto central a conduta do outro. As formas como esse poder é exercido são ampliadas e afirmadas por diversas instituições, que visam sobretudo, o modelamento do indivíduo baseado nas concepções de bom comportamento. A partir das relações estabelecidas, surge a ideia de um poder disciplinar, que atua por meio de uma rede de mecanismos de controle dos corpos, bem como das ideologias, objetivando sempre tornar as condutas cada vez mais conforme às regras. Deste modo, as relações de poder, marcadas por estratégias, voltam-se para o exercício de influências e controle das ações e pensamentos do outro. Por meio de mecanismos de vigilância e coerção, os indivíduos adequavam-se às normas de bom comportamento, conforme os parâmetros estabelecidos pelo poder, em um amplo controle ideológico.

No Período Militar brasileiro, de 1964 a 1984, este controle ideológico ficou bastante latente. A partir da Reforma Universitária de 1968, os militares proporcionaram a expansão do Ensino Superior no País. Ao passo que universidades e cursos eram fechados, a exemplo

da Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande, da Universidade Federal do Piauí, do Curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, dentre muitas outras (SDH/PRA, 2009), estudantes presos e professores demitidos, o aparato repressivo e a censura se consolidavam. Por outro lado, um grande número de faculdades e cursos era autorizado por todo território nacional. Entretanto, estas novas faculdades deveriam se enquadrar perfeitamente aos ideais militares, de modo que, pela formação acadêmica e disciplinar do comportamento, garantissem ao Governo corpos dóceis, úteis e que não representassem ameaças comunistas e subversivas. Estas faculdades, adequadas ao modelo nacional, eram a garantia de vigilância e controle por parte do Estado sobre a sociedade.

Neste contexto, deu-se o processo de criação da primeira faculdade da cidade de Cajazeiras e da região do Alto-Piranhas. Embora a Igreja Católica, na cidade representada pela Diocese e pelo Bispo Diocesano Dom Zacarias Rolim de Moura, fundador da FESC, não expressasse apoio explícito ao Regime Militar, esta era abertamente contrária à ideia de revolução e instauração de um regime comunista. Esta posição, unida a alianças políticas estabelecidas por meio de amizades, favoreceu a criação da FAFIC, pois, para o Governo Federal, consistia em uma faculdade segura ao Regime, onde não se difundiria ideais comunizantes, mas, de certo modo, se exerceria uma influência sobre as concepções e ideias, produzindo, também, indivíduos dóceis e úteis à sociedade capitalista, por meio da obediência às leis como forma e se evitar a punição.

Deste modo, é possível perceber que a história da criação do ensino superior na cidade, bem como sua estrutura organizacional, sempre foi marcada por relações de poder e relações de força, que se expressam tanto internamente quanto externamente ao meio acadêmico. Embora, de certo modo, tenha ocorrido de forma progressiva, uma descentralização nas relações mantidas com o Governo Federal, ao passo que se tornaram mais concretas e visíveis tendências à centralização nas relações internas, onde se tem evidenciado o poder, as relações que o mantém continuam presentes no meio acadêmico, entretanto, modificadas, redefinidas e mais concentradas no interior da universidade. Pela Reforma Universitária de 1968, foram criadas instâncias de participação que tornavam cada vez mais restrita a participação direta do governo federal e afirmavam a necessidade de estabelecer relações de poder mais democráticas, cristalizados pelas disputas por este mesmo poder, e pelo seu exercício sobre os demais sujeitos. Ao mesmo tempo em que o ensino

superior passava por um processo de desenvolvimento, as relações de poder, que permearam esta trajetória, também se desenvolveram.

Assim, a presente pesquisa foi desenvolvida na perspectiva de compreender de modo mais objetivo a implantação do Ensino Superior na região do Sertão Paraibano. Assim, esta monografia consta de três capítulos: no primeiro capítulo, desenvolve-se a trajetória educacional na cidade de Cajazeiras, desde sua fundação e criação do Colégio Padre Rolim até a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, compreendendo como a cidade ganhou destaque no campo educacional e como a educação passou a ser vista como um instrumento de poder. No segundo capítulo, buscamos analisar a criação da Faculdade no contexto da expansão do Ensino Superior ocorrida durante o Regime Militar, as medidas adotadas pela Reforma Universitária, bem como o modo como estes interferiram diretamente em seu funcionamento, intensificando as relações de poder, como influências políticas, que foram decisivas para o sucesso do projeto de implantação do Ensino Superior na cidade. No terceiro e último capítulo, buscamos compreender o processo de federalização do Ensino Superior e a expansão deste em Cajazeiras, tornando a cidade conhecida como pólo educacional na região sertaneja.

CAPÍTULO I - A Educação na cidade de Cajazeiras

1.1 Trajetórias da Educação em Cajazeiras: do Colégio Padre Rolim à criação da Faculdade de Filosofia

Não foi por acaso que na cidade de Cajazeiras foi fundada a primeira faculdade do interior do estado da Paraíba. Tudo se situa dentro de um processo histórico, no qual a história da cidade esteve sempre relacionada à educação, desde a sua fundação de vila, no século XIX, até os dias atuais, com a expansão do ensino superior no setor público e privado.

Em 1829, por exemplo, padre Inácio de Souza Rolim criou a “Escolinha da Serraria”, que funcionava numa casa de madeira, no intuito de suprir a carência educacional da região. Aos poucos a “Escolinha” começou a crescer, de modo que, no ano de 1843, Pe. Rolim ergueu uma “Casa-Escola” que funcionava num casarão de alvenaria, atraindo estudantes de várias localidades, dentre eles, vale destacar o padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro do Norte-CE, e o cardeal Joaquim Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina.

Deste modo, Cajazeiras foi adquirindo significativa importância para a região sertaneja nordestina, pois a Paraíba, no século XIX, possuía apenas dois colégios: o Liceu Paraibano, fundado no ano de 1837, em João Pessoa, e o Colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, no sertão paraibano.

No entanto, o Colégio do padre Rolim fechou antes mesmo de sua morte e novamente, Cajazeiras padeceu com a carência educacional e com o analfabetismo.

Depois de algumas tentativas de se reabrir o Colégio do Padre Rolim, porém sem êxito, apenas no ano de 1915, quando tomou posse o primeiro bispo diocesano de Cajazeiras, Dom Moisés Sizenando Coelho (1915 – 1932), este intento almejado foi alcançado. Duas semanas depois da posse do referido bispo, no dia 14 de julho de 1915, D. Moisés reabriu o chamado Colégio Pe. Rolim, com uma escola normal para homens e mulheres no intuito de preparar professores primários para a região de Cajazeiras. Neste período, cerca de 75% da população cajazeirense era analfabeta e os que quisessem ter acesso à educação precisavam ir até as capitais, visto que, o ensino na cidade era restrito e precário devido, dentre outras coisas, à ausência de professores qualificados, como afirma, em entrevista, padre Gervásio¹:

¹ Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga. O ensino em Cajazeiras. Entrevista concedida em 20/04/2010, Cajazeiras-PB.

Imagine, não havia escola para preparar professores. E quem era professor? Ainda peguei muito por aí de palmatória. Era alguém um pouco mais inteligente que tinha feito o primário, às vezes nem todo, e que ensinava as primeiras letras, a tabuada e a cartilha do ABC, o bê-á-bá. (Pe. Gervásio, 2010).

Com a criação do Colégio Pe. Rolim, D. Moisés reabriu as portas para a educação na cidade, e à medida que os anos se passavam, começou a surgir em Cajazeiras um número cada vez maior de escolas de ensino primário e secundário, públicas e privadas. Iniciava-se a expansão do setor educacional. No entanto, ainda havia um grande problema a ser resolvido: onde encontrar professores habilitados para lecionar nos então denominados, Cursos Ginásial, Científico, Clássico, Pedagógico e Técnico em Contabilidade, nas escolas e cursos existentes na cidade?

Desse modo,

Os colégios da cidade eram pra formar professores primários, escola normal, e essas professoras eram importantíssimas. Poucas meninas pobres tinham a honra de se formar [...]. Era uma grande festa se formar na escola normal, era o grau máximo que tinha de escola, e era só aquilo que hoje seria chamado de ensino fundamental: cinco anos de curso primário, fazia-se uma espécie de vestibularzinho, chamado de exame de admissão pra entrar no ginásio ou na escola normal. Quatro anos depois recebia o diploma de professor e eram boas professoras, eram modelos de comportamento social. As escolas normais eram nossas faculdades hoje. Com o progresso, lá vem o 2º grau . Só na capital que tinha, e talvez em Campina Grande [...]. Havia o 2º grau para moças, mais a nível de formar professoras. Chamava-se de Pedagógico, [trecho incompreensível], além da escola normal que era só o fundamental, equivalia ao ginásio. (Pe. Gervásio, 2010).

Posteriormente, abriu-se também o 2º grau para rapazes, de modo que na cidade passaram a existir, inicialmente, dois colégios que preparavam para o ingresso na faculdade: o Colégio Diocesano Pe. Rolim e a Escola Normal, hoje o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, todos pertencentes à Diocese de Cajazeiras. Entretanto, faltavam ainda mestres devidamente qualificados e era evidente a necessidade de melhorar o nível de ensino nos educandários da cidade, fossem eles públicos ou privados.

1.2 Dom Zacarias e a ideia de expandir o ensino em Cajazeiras por meio de uma faculdade e de uma escola radiofônica

No dia 27 de julho de 1953, tomou posse o quinto bispo diocesano de Cajazeiras, Dom Zacarias Rolim de Moura, que pertencia à família do padre Rolim. Em 1954, Dom Zacarias

escreveu uma carta para o padre Gervásio Fernandes de Queiroga comunicando o seu desejo de fundar uma faculdade no interior paraibano, na cidade de Cajazeiras:

Essa idéia já estava na cabeça e no coração de Zacarias desde o início dele bispo. Lembro da carta de Dom Zacarias escrita para o seminarista Gervásio, que estava estudando em Roma fazia vinte anos, comunicando duas coisas que ele queria para o episcopado dele em Cajazeiras: uma faculdade para formar professores, e uma emissora de rádio para ser escola radiofônica. (Pe. Gervásio, 2010)

A ideia da escola radiofônica havia sido importada da Colômbia, projeto desenvolvido pelo Monsenhor Salsedo, na perspectiva de ensinar as pessoas residentes da zona rural. Entretanto, não foi possível levar adiante este projeto devido ao golpe militar de 1964. A Rádio Cativa (hoje Alto Piranhas) era utilizada como meio de transmitir aulas de alfabetização e conscientização moral e cívica. No Brasil, a Igreja Católica já havia introduzido esta iniciativa em Natal - RN, por meio de Dom Eugênio de Araújo Sales, administrador apostólico de Natal.

A inauguração da Emissora de Educação Rural de Natal, em agosto de 1958, tinha como objetivo educar, conscientizar e evangelizar as áreas rurais da Arquidiocese de Natal, onde o acesso à educação era quase inexistente. Mais uma vez a Igreja Católica toma a iniciativa no projeto educacional, demonstrando o papel secular desempenhado por ela na educação, na cultura e na promoção dos valores humanos, pois acredita que é preciso educar integralmente todas as pessoas, inclusive aquelas as quais o acesso à educação é mais restrito e precário, recebendo posteriormente o apoio do Estado, tutor da educação na sociedade moderna. Mediante o sucesso do projeto, que no ano de 1960, já havia se espalhado por várias regiões do Brasil e ganhado notoriedade internacional, o então presidente Jânio Quadros em convênio com a CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e o Ministério da Educação, transformaram as Escolas Radiofônicas no Movimento de Educação de Base – MEB, com o Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, uma parceria entre as iniciativas do Governo Federal e da Igreja Católica no setor da educação de jovens e adultos. (Sousa, 2006). O documento previa que o Ministério da Educação financiaria o projeto, por meio da instalação de 15000 Escolas Radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No ano de 1963, o MEB atinge seu período de maior expansão. Entretanto, em 1964, o Movimento foi perseguido pela Ditadura e a repressão sofrida fez com que, a partir de 65, ele entrasse em declínio, em razão da diminuição e suspensão das verbas governamentais. (FONSECA;CRUZ, s/d)

A presença da Igreja Católica e sua atuação na educação no Brasil desde o período colonial, com a chegada dos padres jesuítas, até os dias de hoje, pressupõe a compreensão de que esta Instituição era detentora de ampla experiência evangelizadora e educacional. Por muitos anos, a Igreja manteve sua hegemonia sobre este setor por meio da estreita ligação que mantinha com o Estado. Entretanto, a Proclamação da República desencadeou a separação do Estado e da Igreja, fazendo com que esta, perdesse a influência que até então vinha exercendo nos círculos de poder. Já no governo de Getúlio Vargas, aproveitando-se do interesse que este tinha em obter o apoio da Igreja, as lideranças católicas passaram a desenvolver um intenso trabalho pedagógico visando a recristianização das elites do país, manifestando seu interesse, em especial, em criar universidades subordinadas à hierarquia eclesiástica e independente do Estado. Deste modo, a Igreja volta a atuar no campo educacional, mantendo sua influência sobre a formação intelectual e religiosa da sociedade, e sua relação, ainda que em menor escala, com o Estado, agora laico.

Não diferente, Dom Zacarias também absorveu a idéia com o desejo de superar o analfabetismo ainda presente no interior da Paraíba. Sendo assim, através de Dom Helder Câmara² e do presidente João Goulart, ele conseguiu a Rádio Alto Piranhas para a educação de base. Entretanto, a ditadura militar de 1964 frustrou os seus planos:

Quando estava terminando de aprontar o professorado todo especializado, estoura a Revolução, 31 de abril de 1964. Dom Zacarias ficou com a pilha de trezentos rádios guardados no Palácio Episcopal, radiosinhos de pilha, sem ter o que fazer. Suspenderam logo a verba [...], mas a Diocese ficou com a emissora. (Pe. Gervásio, 2010)

No entanto, ainda havia o segundo desejo a ser realizado, e este, Dom Zacarias levou à frente decididamente: fundar uma faculdade de educação para preparar professores. Ele foi impulsionado pelo incentivo da Igreja através das Encíclicas Papais *Divinum Illud Magistri*, de Pio XI, e em especial pela *Gravíssimum Educationis*, o Concílio Vaticano II, que ressaltava o dever da Igreja de participar no progresso e ampliação da educação em todos os níveis, enunciando alguns princípios fundamentais sobre a educação cristã. O documento afirma que:

² Dom Hélder Pessoa Câmara, (7 de fevereiro de 1909 - 27 de agosto de 1999) bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro.

O Sagrado Concílio muito recomenda que se fundem Universidades e Faculdades católicas, convenientemente distribuídas pelas diversas partes da terra, de tal maneira, porém, que brilhem não pelo número mas pela dedicação à ciência, e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança, embora de pouca fortuna, sobretudo aos oriundos das nações jovens. (PAULO VI, 1965)

A esse respeito, a Igreja Católica, por muito tempo, foi a detentora do campo educacional, no Brasil, desde o período colonial, com a chegada dos jesuítas. Entretanto, não se pode negar que este tenha sofrido um duro golpe com a laicização que se instaurou na sociedade brasileira através do movimento liberal, que se expandiu rapidamente a nível nacional. Isto trouxe a separação entre Igreja e Estado – embora não tenha se extinguido por completo as relações e acordos estabelecidos entre ambos – fato que levou as autoridades eclesiásticas a buscarem medidas de recuperação da força da instituição católica. O laicismo gerou a necessidade de se criar um projeto de recristianização da sociedade, principalmente em face ao fortalecimento de outros movimentos religiosos contrários ao cristianismo, e que difundiam campanhas anticlericais. A resposta da Igreja foi, mais uma vez, agir através da educação e formação intelectual do indivíduo, campo no qual ainda detinha forte influência. Nas palavras de Álvaro Negromonte (2007, p. 181), “A educação adquiriu a fertilidade do solo apropriado para plantar os ideais, os valores e a moral católica”.

1.3 – Educação como processo disciplinador e civilizador

O saber tem sido instrumentalizado como meio de construir e solidificar certo tipo de poder. O poder produz uma espécie de saber necessário à dominação, e esse saber aplicado reproduz o Poder. Uma vez exercido sobre os indivíduos, o poder possibilita a extração de saberes, que serão instrumentalizados para a produção de individualidades, construindo um indivíduo por meio do poder disciplinar. Assim, seus movimentos são articulados, seu corpo adestrado, seus pensamentos sofrem forte influência e são induzidos; seu comportamento é normalizado dentro dos parâmetros estabelecidos, seus discursos são interpretados e suas ações controladas, a fim de criar indivíduos dóceis e eficientes.

Entretanto, algo que não se pode negar é que, com o passar dos anos, o exercício do poder passou por grandes modificações. De um poder basicamente fundado na exclusão, repressão e censura, como foi observado por Foucault (em hospícios e prisões, por exemplo), este tornou-se produtor de realidades e verdades, de indivíduos dóceis e úteis, construindo

uma sociedade disciplinar e civilizada, onde as relações sociais são subordinadas aos interesses da classe dominante e seus gestores.

No Brasil, vale destacar a institucionalização do poder no ensino universitário ainda nos primeiros anos da década de 60. Estes anos foram marcados por um intenso movimento que objetivava a reforma do sistema universitário brasileiro visando transformá-lo em um lugar de produção de conhecimento científico. O “novo” ensino superior privado surgiu a partir de uma gama de fatores complexos, entre eles, as modificações ocorridas no campo político nacional em 1964 e o impacto ocasionado por elas na formulação da política nacional. Com a instauração do regime militar, as medidas repressivas utilizadas pelo governo e a vigilância constante utilizada como forma de identificar os subversivos no meio acadêmico, se combinaram com as propostas de modernização e de expansão do ensino superior.

O golpe militar abortou todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira sob o pretexto de que as propostas eram “comunizantes” e subversivas, e as universidades passaram a ser objetos de uma interferência do governo federal que reorganizou a educação no país como um instrumento ideológico do Estado, transformando o espaço acadêmico em um meio eficaz de difusão dos ideais militares, como forma de controle do Estado sobre a sociedade. A educação, em especial a superior, passou a ser vista como meio de subversão e perigo constante para o novo regime instaurado. Deste modo, a reforma estabelecia limites aos subversivos, a partir da promulgação de decretos que regulamentavam a vida acadêmica mediante o crescimento do número de universidades, e a aplicação das penas previstas por eles aos “infratores” num controle social mais amplo.

Segundo Foucault, a formação do poder se dá como “produção de toda uma hierarquia que se realiza a partir da troca entre saberes disciplinares nas mais diversas instituições, sejam elas propriamente repressivas (tal qual a prisão e as forças armadas); econômica (como as fábricas) ou até pedagógicas (como as escolas)”. (FOUCAULT, 1987)

Neste aspecto, a universidade, sob o controle militar, se tornou efetivamente o meio no qual se exercia o poder do Estado sobre a formação intelectual da sociedade, bem como instrumento de repressão a quem insistisse em pensar ou agir fora dos parâmetros estabelecidos.

Assim como todos os dispositivos de exercício do poder, a reforma universitária e a submissão do meio acadêmico ao Regime, tencionava tornar o indivíduo dócil e disciplinado.

O corpo parecia ter sido mais uma vez descoberto como objeto de poder, que podia ser manipulado, modelado, treinado, que respondia e obedecia.

Esse modo de poder específico que se expande por toda a sociedade, investindo sobre as instituições e que as tornam lugares de intensificação das relações de poder, atinge o corpo do indivíduo, exercendo um controle detalhado e minucioso sobre seus gestos, hábitos, atitudes e comportamentos, como forma de adestrar e aprimorar o indivíduo conforme o “molde” estabelecido.

Desta forma, os instrumentos de poder e dominação eram legalizados e se aplicavam a todos os setores da sociedade, fazendo com que, entre outras coisas, as escolas e faculdades se tornassem espaços onde os indivíduos fossem constantemente vigiados e estivessem sujeitos à aplicação da lei. Este “mecanismo” funcionava como um panopticon, uma mecânica de observação individual, classificatória e modificadora do comportamento, que gerava a sensação de estar sendo constantemente vigiado e que, qualquer ação, comportamento ou palavra, não passaria despercebido, pois este mecanismo realizava efetivamente sua tríplice função: vigilância, controle e correção.

O controle político repressivo sobre os “corpos” dentro do meio acadêmico, moldava e formava indivíduos que não representassem ameaça ou qualquer tipo de perigo ao poder estabelecido, “cidadãos” seguros ao Regime vigente.

E é neste âmbito, regido e moldado por estas relações de poder, que a Reforma Universitária dá marcha à criação e abertura de diversas faculdades por todo o país (à medida que outras eram invadidas e fechadas), fazendo com que o ensino superior se expandisse rapidamente, inclusive nas regiões mais distantes. Com as portas abertas pela Reforma, foram geradas as condições favoráveis para a expansão das faculdades no Brasil e, conseqüentemente, ampliava-se também os espaços de controle e correção dos indivíduos, em especial acadêmicos e profissionais da educação superior, que representavam a massa intelectualizada da população, no qual se encontrava o maior risco de subversão, efetivados pelo poder institucionalizado.

Nesse sentido, as práticas educacionais eram percebidas como civilizatórias, pois abrangiam as esferas da vida política, econômica, social, religiosa e moral do indivíduo. Diante daqueles que experimentavam dos ideais liberais, a Igreja se antepunha com o freio de um instrumento disciplinador: a educação. Deste modo, assumia o papel de educadora da

população, e, ao mesmo tempo, buscava promover a recristianização do povo brasileiro, e recuperar o poder e a influência religiosa na vida pública brasileira:

A educação religiosa era mais um mecanismo para reforçar a disciplina e a autoridade. Assim, o ensino religioso, ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário. (HORTA, 1994, p. 291)

Para a Igreja, a instrução da população seria a solução para a “ignorância” e todos os males em que se encontrava mergulhada a sociedade, justificando sua forte atuação na formação moral e intelectual do indivíduo, por meio da promoção do ensino, em especial, do ensino superior.

Assim, não é de se surpreender que a ideia primeira e a iniciativa de se fundar uma faculdade na cidade de Cajazeiras tenha, mais uma vez, partido da Igreja. As primeiras universidades nasceram à sombra das catedrais, e, no interior paraibano isso não foi diferente.

1.4 – A criação da FESC e da FAFIC

Animado pelas palavras da Santa Sé, Dom Zacarias levou a cabo o seu desejo de criar uma faculdade em Cajazeiras. Assim sendo, no dia 19 de março de 1965 foi criada a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC; e, no dia 18 de fevereiro de 1966, o professor Afonso Pereira, a pedido de Dom Zacarias, formalizou o estatuto da FESC. Segundo o professor Chagas Amaro, em palestra conferida em virtude dos 40 anos da FAFIC (27/10/2010), em 1965 a FESC foi criada, e em 1966, é que seu estatuto foi formalizado.

Após a instituição da FESC, foi criada, logo em seguida, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, a primeira faculdade de Cajazeiras. No entanto, mesmo depois de criada, a faculdade não funcionava. Três diretores haviam sido nomeados pelo Bispo, entretanto, não conseguiram ir além das portarias de nomeação. No carnaval de 1968, quatro estudantes desfilaram pelas ruas da cidade com um caixão onde se lia: “Aqui jaz, a FAFIC”. Era o enterro simbólico da então criada Faculdade, pois muitos não acreditavam que seria possível Cajazeiras criar de fato uma Faculdade. (Chagas Amaro³).

³ Francisco das Chagas Amaro. Palestra: 40 Anos da FAFIC. Cajazeiras/PB, 27/10/2010.

Nas palavras do professor José Antônio de Albuquerque, a criação de uma faculdade em Cajazeiras significava “tirar do atraso cultural o interior nordestino”:

Uma figura importante da Paraíba consultada em 1969 sobre a possibilidade de ser criada uma Faculdade em Cajazeiras respondeu que era “o mesmo que querer colocar um chapéu de massa na cabeça de um burro”. Outros muitos não acreditaram. Muitos sonharam. Poucos realizaram e tiveram visão de tirar do atraso cultural o interior nordestino. A Metrópole não podia prolongar o mais possível a dominação cultural. Chegava a hora dos filhos dos trabalhadores pobres terem a possibilidade de acesso ao ensino do 3º grau. A massa de estudantes, que não tinham condições econômicas de migrar, foi a grande beneficiada. Foi um ato revolucionário. (ALBUQUERQUE, 1989)

Depois de muitas dificuldades, Padre Luiz Gualberto de Andrade foi o quarto diretor nomeado pelo Bispo, e dele recebeu “carta branca” para levar adiante o funcionamento da faculdade que ainda não havia saído do papel. Finalmente, a faculdade teria o seu desabrochar:

Recém chegado de Louvain, na Bélgica, onde fez um curso de especialização, Pe. Gualberto ao assumir a FAFIC com uma visão mais ampla do mundo e com uma larga experiência no setor educacional, aqui chegando já faz funcionar nas dependências do prédio da Ação Católica, na Rua Padre Rolim, um cursinho pré-vestibular. Na cidade não se falava de outra coisa, a notícia chegava célere aonde quer que morasse um cajazeirense: cajazeiras vai ter uma faculdade. (José Antônio⁴)

No dia 06 de junho de 1969, foi realizada no Fórum Municipal de Cajazeiras uma reunião que visava tratar da autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras. Esta reunião contou com a presença do Bispo Diocesano Dom Zacarias, com o Pe. Luiz Gualberto, e com personagens ilustres da cidade, como o Juiz de Direito Rui Formiga Barros, o prefeito municipal Eptácio Leite Rolim, o vice-prefeito Abdiel Rolim, o presidente da Câmara dos Vereadores Aldenor Alencar, e o Secretário da Educação Antônio Quirino de Moura, dentre outros membros da elite cajazeirense. (Conferir em anexo cópia da ata desta reunião).

Nesta reunião, o prefeito da cidade deu apoio integral ao funcionamento da Faculdade. No entanto, destacou que a prioridade da prefeitura era investir na educação primária. Nesta ocasião, foi sugerido pelo Secretário da Educação que o Colégio Comercial, na época ainda

⁴ José Antônio de Albuquerque. Aula inaugural da FAFIC. Cajazeiras/PB, mimeografado, 11/02/2008.

um colégio municipal, fosse transferido para o Governo do Estado, e as verbas destinadas a ele, repassadas para a Faculdade recém criada. Deste modo, a Faculdade contou com pouco apoio econômico por parte das autoridades e elites locais, visto que, estas deram essencialmente “apoio moral”, tendo a Igreja que buscar apoio financeiro dos Governos Estadual e Federal. Muitas foram as dificuldades enfrentadas, principalmente quanto à composição do Corpo Docente, da Biblioteca e dos Laboratórios. A iniciativa da Igreja em tomar a frente na fundação da IES, teria se dado pela sua missão de prestar serviços sociais à comunidade, e pela falta de interesse e ação das autoridades governamentais do município, colocando em seu estatuto que, quando o governo se propusesse a assumir o ensino superior da cidade, a Faculdade, juntamente com seu patrimônio, seriam entregues a ele, como de fato veio acontecer posteriormente.

É por obra e graça de Dom Zacarias que deu todo apoio a Gualberto, mas foi Gualberto quem realmente bateu nisso aí. Sou testemunha histórica [...] Dom Zacarias entregou aquele prédio onde hoje funciona a 9ª Regional de Ensino, a Diocese doou a ele, e mais duas casas que eram encostadas ao prédio. Gualberto botou abaixo as duas casas [...] e finalmente conseguiu ampliar um pouco o prédio que era muito pequeno. Ali era a sede da faculdade. Ali nós demos as primeiras aulas. No dia 6 de agosto de 1969, à noite, Gualberto deu a primeira aula do pré-vestibular, preparando o pessoal para o vestibular. A segunda aula fui eu que dei. Ele deu de português e eu dei de história. Todo o pessoal que ia fazer vestibular no ano seguinte assistiu à aula do pré-vestibular. (Pe. Gervásio, 2010)

Finalmente, no ano de 1970, foi realizado o primeiro vestibular e a Faculdade enfim funcionava. A FAFIC, estabelecimento isolado de Ensino Superior, com organização pluricurricular, teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970.

A FESC, por meio da FAFIC, implantou seis cursos superiores: Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais e Ciências, que foram respectivamente reconhecidos pelos Decretos Federais nº 77.418 de 12/04/76 e nº 78.515 de 30/09/1976, Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Português e Inglês, reconhecido pelo Decreto nº 77.949 de 30/06/1976, Licenciatura Plena em Filosofia, reconhecido pelo Decreto nº 78.007 de 08/07/1976, e as Licenciaturas Plenas em Geografia e História, reconhecidos respectivamente pelos Decretos nº 78.008 de 08/07/1976 e nº 78.052 de 15/07/1976.

A FAFIC ministrou ainda Cursos de Especialização em Línguas Portuguesa e Inglesa, Linguística, História do Brasil, História Contemporânea, História Medieval, História Antiga e Sociologia, mediante convênio com o MEC/DAU – Ministério da Educação e

Cultura/Departamento de Assuntos Universitários, em regime de internato para professores de Estabelecimento de Ensino Superior Isolados, sediado no interior dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Para alcançar a realização e sucesso de alto sonho, Pe. Gualberto contou com o apoio irrestrito de figuras ilustres da sociedade, dentre eles, o deputado federal Wilson Leite Braga, graças à amizade entre os dois:

Gualberto antes de se ordenar já havia tido experiência educacional ajudando Monsenhor Vicente no Colégio de Patos. Menino, rapazinho daquele tempo era Wilson Braga, interno, e ficou amigo de Gualberto até a sua morte. De adolescente interno do Colégio de Patos até a morte de Gualberto, foi amigo por causa da educação que recebeu no Colégio de Patos. Foram amigos desde adolescente e ele sempre manteve essa gratidão a Gualberto. (Pe. Gervásio, 2010)

Além do deputado Wilson Braga, Pe. Gualberto contou também com o apoio de José Linaldo Cavalcante, reitor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e também amigo de padre Gualberto, e do ministro da Educação Jarbas Passarinho:

Jarbas tinha muito respeito por Gualberto. Era um homem muito respeitado. No Ministério ele tinha toda abertura. Era chave, o Presidente do Conselho Federal da Educação era em geral ocupado por um bispo ou por um sacerdote. O padre era salesiano, valorizava muito Gualberto, e sem o aval do CFE... Era ele que dava o aval para a abertura dos cursos e Gualberto tinha acesso. Eu digo isso porque conversei com o próprio padre José Vasconcelos, em Roma, eu me identifiquei e a gente conversou sobre isso. Ele valorizava o padre Gualberto, todo mundo via e percebia que ele só olhava para o bem da sociedade, e não para si.” (Pe. Gervásio, 2010)

Assim, pelas amizades e influências de padre Gualberto e por sua firme decisão de levar à frente o sonho de uma faculdade no interior da Paraíba, Cajazeiras viu enfim o florescer do ensino superior para toda região do Alto Piranhas.

CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DA FAFIC EM FACE DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PERÍODO MILITAR (1964-1984)

Em 1970, já realizava o seu primeiro vestibular. O sonho se tornava realidade e já não era mais preciso os estudantes, nos festejos momescos, realizarem o enterro simbólico da FAFIC. Jornadas longas, penosas, dolorosas e difíceis foram enfrentadas e vencidas. Os alicerces estavam feitos. Não havia mais como parar a construção desta catedral de sonhos que era a implantação e consolidação do projeto pioneiro da interiorização do Ensino Superior do Nordeste brasileiro. Processava-se uma inversão de valores. Concretizava-se uma revolução... (José Antônio, 2008)

Muitos eram os desafios a serem vencidos para a efetivação do funcionamento da Faculdade de Filosofia. Ainda era imprescindível estruturar melhor a biblioteca e os laboratórios, constituir um corpo docente qualificado, atingir as condições econômicas e patrimoniais necessárias que não se confundissem com o patrimônio da própria Diocese, além de obter apoio, principalmente, o financeiro.

Em dezembro de 1969, pela análise do Processo nº 125/69, em tramitação no Conselho Estadual de Educação, que tratava do funcionamento da FAFIC, o relator Antônio Normando Diniz, em seu parecer, se posiciona favorável ao deferimento do pedido de funcionamento da FAFIC, devido a real necessidade da região em possuir cursos de graduação, mediante o crescimento do número de estabelecimentos de ensino médio na cidade de Cajazeiras e em outros municípios das proximidades, da ausência de mestres formados em nível universitário para atender a grande demanda existente de alunos, visto que a necessidade de formação não podia ser atendida pelas faculdades já existentes que ficavam distantes de Cajazeiras, localizadas em Campina Grande, João Pessoa, Fortaleza e Recife, “devido ao alto custo para uma região sem os recursos necessários”. Além disso, segundo o referido parecer, a Faculdade de Filosofia apresentava um balanço patrimonial e um corpo administrativo e docente satisfatórios, e seu Regimento interno se enquadrava perfeitamente nos moldes da então Reforma Universitária do Governo Federal, de 1969. A FAFIC estava dentro do modelo educacional proposto pelo Governo no período em questão.

No período compreendido entre os anos de 1945 a 1964, ainda no período populista, ocorreu um processo de integração do ensino superior no Brasil, quando diversas universidades isoladas foram vinculadas administrativamente à faculdades já existentes. Foi

quando ocorreu a federalização de grande parte delas. A insatisfação diante do sistema universitário sob o controle dos catedráticos, no início dos anos 1960, fez com que vários pesquisadores, professores e estudantes se unissem em um intenso movimento em favor da reforma do sistema universitário brasileiro, almejando transformá-la em espaço para a produção de conhecimento científico e de acesso mais amplo, visto que o número limitado de vagas restringia o acesso à universidade, pois esta não conseguia absorver a grande quantidade de alunos aprovados no vestibular, gerando os excedentes. (SOARES, 2002)

Nesse contexto, o governo militar percebe a necessidade de reformar o ensino superior. A educação e, em especial, a superior, passou a ser vista como meio de subversão e perigo constante para o novo regime de governo instaurado no País. A educação foi reorganizada como instrumento ideológico do Estado, na tentativa de transformar o espaço acadêmico num meio eficaz de difusão dos ideais militares, como uma forma de controle do Estado sobre a sociedade, sem necessitar do uso de força repressora. Desta forma, a reforma estabelecia certos limites aos ditos subversivos e ao movimento estudantil, a partir de decretos promulgados que regulamentavam a vida acadêmica, como foi o caso do Decreto-Lei nº 477, aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas de ensino superior, proibindo qualquer manifestação de caráter político, com o objetivo de proibir os protestos estudantis e obter um controle político social mais amplo.

Segundo Foucault, no período compreendido por modernidade, à medida que transformações ocorriam nas relações sociais, políticas e econômica, as relações de poder na sociedade foram sendo produzidas e adaptadas às necessidades do poder dominante. Através de um aparelho ideológico, burocrático e bélico, o poder era exercido eficazmente, dando, por vezes, a impressão de funcionar independente dos indivíduos. Ele apresenta-se de uma forma sutil, coagindo e fazendo com que os indivíduos a ele se submetam, ainda que por muitas vezes pareça invisível, sendo reproduzido pelos próprios indivíduos.

Ainda na concepção de Foucault, a escola (ou o meio acadêmico) é o espaço onde o poder disciplinar produz saber. Sendo assim, os ambientes de formação educacional, em especial as universidades, consistem em espaços privilegiados em que o poder é exercido, em todos os seus ambientes e relações. Deste modo, institui-se uma disciplina que visa, sobretudo, a produção de corpos submissos, exercitados e dóceis, por meio de métodos que permitam um controle minucioso sobre o corpo do indivíduo, a fim de impor uma relação de docilidade e utilidade.

No meio educacional, foi criado um espaço de controle e de dominação que permitiu a entrada do indivíduo no campo do saber, mas que, ao mesmo tempo, fez emergir um novo tipo de poder sobre os corpos.

As áreas do saber se formam a partir de práticas políticas disciplinares, fundadas na vigilância, o que significa manter o indivíduo sob um olhar permanente. A prática de ensino muitas vezes se reduz à vigilância, sendo essencial que o aluno, como o detento, saiba que é vigiado. (ORSO, 1996)

Tudo isso foi confirmado através da Reforma Universitária, que dentre outras determinações, visava abolir o antigo sistema de cátedra, criar departamentos, abrir espaço para a formação de programas de pós-graduação, pesquisa científica, e buscar uma solução para o problema do excedente - vários candidatos ao ensino superior, obtinham as notas necessárias ao acesso à universidade, mas não conseguiram vagas nas instituições para ingressar no curso desejado - por meio da introdução do ciclo básico, do sistema de créditos e com o vestibular classificatório. Além disso, buscou-se também estimular a criação de universidades particulares, com auxílio do governo, para uma maior oferta de vagas em cursos superiores, e, assim, assegurar o ingresso de alunos com menos recursos financeiros. (SOARES, 2002).

Deste modo, ocorreu uma expansão no setor privado do ensino superior com a criação de inúmeras faculdades isoladas nas localidades em que havia um maior número de alunos que desejavam ingressar no ensino superior, como, por exemplo, nas metrópoles e cidades de médio porte ou mais desenvolvidas. E foi, nestas condições, que o ensino universitário católico expandiu-se consideravelmente no País.

No Brasil, parte da Igreja Católica havia apoiado a desestabilização do Governo Goulart, destacando sua participação na “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, e a instauração do Regime Militar como uma forma de salvação contra a ameaça comunista que comprometia o seu projeto social e sua influência junto às camadas populares. Por esta razão, teve do Governo Militar livre acesso para atuar no ensino superior no Brasil, visto que a educação sempre foi um dos grandes temas sociais da Igreja.

E como já foi dito anteriormente, em Cajazeiras - PB não aconteceu diferente. Em primeiro lugar, a Igreja sempre teve forte atuação no setor educacional nesta cidade desde sua fundação, e essa atuação não foi minimizada quando da instauração do ensino superior. Em

segundo lugar, a Diocese Cajazeirense se opunha à ideia de revolução socialista e lutava contra a ameaça comunista em seu território. Deste modo, manifestou apoio ao Regime então instaurado (não à Ditadura em si, nem a atos ditatoriais, como repressão, mas à ideia de manter a ordem por meio da retenção do comunismo) e isso lhe proporcionou o benefício de, em troca, obter apoio do Governo Militar em seus objetivos.

Mas é claro que isto traria consequências. No dia 02 de julho de 1975, em uma das fases mais duras do Regime Militar, aconteceu um atentado-bomba no Cine-Teatro Apolo 11, em Cajazeiras, no qual se supunha que o alvo era o Bispo Dom Zacarias. Como extraordinariamente não estivesse presente no cinema, nem na cidade, justo neste dia, a explosão atingiu quatro homens: o soldado Altino Soares, o Didi, o ex-recruta do Tiro de Guerra, Manuel Conrado (Manuelzinho), os quais não resistiram e faleceram; e o seu irmão e operador de projetor Geraldo Conrado, e o adolescente Geraldo Galvão.

Dom Zacarias escapou. Naquela tarde, havia embarcado em um ônibus com destino ao Recife, onde além das atividades pastorais ia às distribuidoras alugar filmes para os cinemas da Diocese de Cajazeiras. Dom Zacarias, um bispo conservador, contraponto à Igreja progressista liderada pelo arcebispo Metropolitano, Dom José Maria Pires (Dom Pelé), e pelo bispo de Guarabira, Dom Marcelo Carvalheira era frequentador privilegiado que tinha a sua cadeira cativa no Apolo 11. O saldo do atentado não foi maior devido ao imponderável de uma fita de má qualidade, que partiu várias vezes, encurtando a sessão em 15 minutos, e ao enredo do filme, um drama que não agradou à plateia admiradora de faroestes e filmes de aventura. [...] Uma parte saiu antes do final. A cadeira cativa de Dom Zacarias Rolim de Moura estava vazia, mas debaixo dela havia uma pasta modelo 007. Na varredura final do auditório, antes do fechamento do cinema, Geraldo Galvão encontra e entrega ao soldado Didi a pasta abandonada⁵.

Nos círculos políticos e da imprensa paraibana, espalhou-se a versão de que se tratara de um atentado terrorista da esquerda contra Dom Zacarias. No entanto, a oposição, por meio do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, acusava a direita como autora do fato, tendo assim procedido na intenção de incriminar a esquerda, a fim de conseguir desestabilizar a abertura política no País.

Quando o General Ernesto Geisel assumiu a presidência, afirmou que iniciaria a abertura política de forma lenta, gradual e segura. O crescimento da dívida externa, a alta dos

⁵ Ayrton Maciel no Jornal do Comércio - JC – Recife – PE URL curta: <http://portalczn.com.br/site/?p=3805>, acessado em 22/04/2011

juros internacionais e dos preços do petróleo somados, ocasionaram o aumento da dívida interna e da inflação, gerando, conseqüentemente, a crise econômica do País, e, com ela, a crise política, fatos que permitiram o início da abertura política.

Em 1974, os militares permitiram a propaganda eleitoral gratuita na televisão e no rádio. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era o partido de oposição, acaba ganhando as eleições. A “linha dura” (Militares e civis contrários à redemocratização) inicia um processo de aperto violento contra a oposição ao regime militar. Casos de tortura, espancamentos, assassinatos e esquadrões da morte aumentam exponencialmente.

Em todo o território nacional, adeptos da direita que não queriam o fim do regime militar começaram a explodir bombas pelo País. Pessoas começaram a morrer em atos terroristas, bancas de jornal começaram a ser explodidas, shows populares começaram a sofrer ameaças de atentados. A exemplo, podemos citar a bomba desativada no Hotel Everest, no Rio de Janeiro, onde estava hospedado Leonel Brizola; outra bomba explodiu na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, também no Rio, durante comício do PMDB, outras ainda explodiram na sede da Convergência Socialista e na sede do Jornal “Hora do Povo”, ambas no Rio de Janeiro, no prédio da Receita Federal em Niterói, entre muitas outras.

Um ano antes, havia assumido a Presidência da República o general de Exército Ernesto Geisel (1974/1979), sucessor do general Emílio Garrastazu Médici (1969/1974), que pressionado pela esmagadora vitória da oposição (MDB) nas eleições de 74, propõe à nação uma distensão (abertura) lenta, gradual e segura de retorno à democracia. Uma série de atos da linha-dura e do braço clandestino do regime se sucedem para impedir a abertura política, a transferência do poder aos civis e o retorno das eleições gerais. (Ayrton Maciel, idem, 2011)

Embora se tenha aberto um inquérito pela Polícia Federal, até hoje o autor não foi descoberto. Três foram os suspeitos levados diversas vezes a prestar depoimentos: o deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro -MDB, ex-líder estudantil e considerado pelo Governo Militar como um agitador, o advogado João Bosco Braga Barreto, o técnico em eletrônica Inácio Assis, admirado pela inteligência, e o padre norte-americano e professor Francis Xavier Boyes, o Mr. Boyes, um liberal para os padrões de Cajazeiras que teria sido censurado por Dom Zacarias, foi também incluído na relação de suspeitos. No entanto, tais suspeitas foram derrubadas nos depoimentos.

Diante de tantas incertezas, uma coisa era certa: matar um bispo conservador e atribuir a autoria do ato à esquerda, iria solidificar o regime. Este atentado ocorrido em Cajazeiras no ano de 1975 não foi o único dentro do território nacional. Logo vem à tona uma série de episódios similares ocorridos durante os Governos dos Generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo:

Dom Zacarias Rolim de Moura, o alvo do atentado. Um bispo tipo bonachão e tranquilo, mas apoiador do golpe e alinhado com o regime militar de 1964.[...] Por 40 anos conduziu a Diocese de Cajazeiras, zelando pela disciplina, os bons costumes e a educação. Dom Zacarias não era um homem intolerante, mas era de posições firmes [...] No período militar de 64, a gestão conservadora de Dom Zacarias enfrentou divergências e resistências de padres da linha progressista, seguidores da Teologia da Libertação. O conflito mais profundo ocorreu com o grupo de cinco padres italianos, oriundos de Verona, que chegaram a partir de 1974. Abrindo comunidades eclesiais de base, os italianos passaram a trabalhar na organização de camponeses e sindicatos e começaram a contestar a ação pastoral de Dom Zacarias e a sua autoridade, e atuar em desobediência e sem dar satisfação das ações. O confronto só acabou após Dom Zacarias pedir e conseguir que a Diocese de Verona chamasse os italianos de volta. Politicamente de direita e ligado à ala conservadora da Igreja Católica, Dom Zacarias tinha o perfil de homem culto, com domínio do português e com conhecimento profundo do latim e de história. (Ayrton Maciel, idem, 2011)

O fato é que as autoridades nunca descobriram o autor da bomba destinada ao Bispo, mas acredita-se tratar de ação terrorista com ramificações no Estado da Paraíba, não tendo sido um ato isolado praticado por apenas uma pessoa, sendo, provavelmente, a autoria intelectual e o material proveniente de outra cidade:

O governador Ivan Bichara (Arena) visita a cidade no dia 7 de julho e, segundo A União, impressiona-se com os estragos da explosão. Bichara reúne-se também com Dom Zacarias Rolim de Moura, que havia retornado à cidade. Ao jornal O Norte, edição de 8 de julho, o bispo afirma: Não tenho inimigos, se ideologicamente entro em divergência com outras pessoas, não vejo razão nenhuma para que isso justifique um atentado, pois sou apenas um discípulo de Deus . (Ayrton Maciel, idem, 2011).

A divulgação do ocorrido e das investigações sofreram censura por parte do Regime Militar, que passou a controlar o noticiário, e as únicas notícias divulgadas pela imprensa eram as oficiais, visto que o acesso ao inquérito foi negado e estabeleceu-se por longo tempo o silêncio acerca do fato.

Mesmo diante de tantas dificuldades, oposições e descrenças, a Faculdade começou a funcionar, contando com o importante apoio do Governo do Estado, na figura do governador João Agripino, do Deputado Federal Wilson Braga e do Senador Ruy Carneiro. A FAFIC foi fundada pela Lei Municipal nº 503/70, de 17 de janeiro de 1970, autorizada a funcionar pela Resolução nº 04/70, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, de 19 de janeiro de 1970, que se tornou efetiva pelo Decreto do Poder Executivo Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970, e tinha como mantenedora a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC, pessoa jurídica de direito privada, instituída pela Diocese de Cajazeiras em 19 de março de 1965.

Em agosto de 1969, teve início as aulas do curso pré-vestibular para todos aqueles que iriam fazer o vestibular no ano seguinte. No início de 1970, enfim, foi realizado o primeiro vestibular para os seis cursos implantados: Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais e Ciências, Licenciatura Plena em Letras, Filosofia, Geografia e História. A Faculdade iniciou suas atividades com 123 alunos, tendo sido sua aula inaugural proferida pelo Secretário de Educação da Paraíba, o engenheiro José Carlos Dias de Freitas, em 1972, tendo este recebido no ano anterior (1971) o pedido do Governador da Paraíba, João Agripino, para que, quando estivesse na cidade de Cajazeiras, procurasse Dom Zacarias e conversassem a respeito da Faculdade. (Cf. Documento do pedido anexo) Até o ano de 1980, a FAFIC conferiu Diploma a 1354 licenciados em seus cursos.

A maior dificuldade encontrada foi a constituição do corpo docente para atuar nos diversos cursos oferecidos pela FAFIC:

Como trazer professores para ministrar aulas do ensino superior se faltava professores até para o ensino fundamental? Em 1970, existiam apenas três professores licenciados e sem Curso de Especialização. O vizinho estado do Ceará foi a salvação: importaram-se vários docentes. Mas o desafio continuava a cada semestre, e de forma inteligente foram requisitados engenheiros, advogados, irmãs religiosas, médicos e sacerdotes para ministrar aulas. O tempo ia passando e as dificuldades iam aumentando porque já se aproximava o período de encaminhamento do processo para Brasília para o difícil reconhecimento dos cursos. (José Antônio, 2008).

Aos poucos, as soluções foram surgindo. Dom Zacarias enviou vários seminaristas para estudarem na Universidade Gregoriana, em Roma, e professores para fazer mestrado em São Paulo, custeados pela própria FAFIC, com bolsa da CAPES, e manteve vários convênios com outras Instituições do País e estrangeiras, afim de oferecer educação superior de excelente qualidade. Dentre os docentes recrutados pela FAFIC, vale destacar o professor Andrea Zorn,

italiano que veio como voluntário por intermédio da Diocese de Cajazeiras para reforçar o quadro de docentes da Faculdade.

Além disso, foi realizado Convênio, por volta de 1978, com a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no qual ocorreu a contratação de professores, com salários pagos pela própria Universidade, para atuar nas Licenciaturas da FAFIC, a exemplo do curso de Ciências de 1º Grau (Licenciatura Curta) com as habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia. Devido à enorme carência de professores nesta área, foi realizado outro Convênio com o Governo do Estado da Paraíba, o qual se responsabilizava por uma parcela do pagamento de salários dos docentes. Esses convênios atraíram professores de diversas regiões do País para a FAFIC. Tais convênios aconteceram também com instituições estrangeiras, como, por exemplo, a Instituição Alemã, “Voluntários da Paz”, que pôs à disposição dois professores alemães, Stefan Kock e Willihelm Bernard Hensen, qualificados em Ciências Exatas para ministrarem aulas no Curso de Ciências.

A FAFIC ministrou ainda Cursos de Especialização com 360 horas, mediante Convênio com o MEC/DAU (Ministério da Educação/Departamento de Assuntos Universitários), em regime de internato, nos meses de janeiro e julho, em dois expedientes, para 50 professores de Estabelecimentos de Ensino Superior Isolados, sediados no interior dos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Contou ainda com a colaboração da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), do Departamento de Ciências Humanas e Arte da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e da Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande, hoje UEPB. Os Cursos de Especialização ministrados foram de Língua Portuguesa e Inglesa, Linguística, História do Brasil, História Contemporânea, História Medieval, História Antiga e Sociologia⁶. Entretanto, no decorrer dos seus nove anos de funcionamento, outras adversidades foram surgindo na FAFIC. A FESC, fundação mantenedora, por lei, da FAFIC, não tinha os recursos necessários para dar suporte financeiro à Faculdade. Além disso, por ser um ensino pago, havia certa dificuldade financeira dos alunos oriundos de famílias carentes para se manter na Instituição, ainda que nela se cobrasse baixas mensalidades:

A mensalidade era quase igual o que se cobrava o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, a ponto do diretor, por querer ele próprio e conhecendo de perto a situação, recebia apenas um salário mínimo para exercer tão espinhosa missão. O seu salário era igual o da varredeira da escola. [...] Ninguém mais do que ele conhecia a realidade dos estudantes

⁶ FAFIC – Breve histórico. Cajazeiras/PB, mimeografado, s/d.

da FAFIC, até porque a grande maioria batia a sua porta pedindo bolsa de estudos e redução de mensalidade, e ficava angustiado quando não podia atender. Daí ter sido a favor da incorporação da FAFIC à UFPB, com uma simbólica indenização à Diocese, responsável pelo maior investimento. (José Antônio, 2008).

Deste modo, muitas vezes a Faculdade precisou cobrir as lacunas financeiras geradas pelos alunos mais carentes que não podiam pagar as mensalidades, e Padre Gualberto não cogitava a possibilidade de negar os estudos aos que não podiam pagar integralmente o valor estabelecido nas mensalidades e nem aumentar este valor como forma de sanar as dificuldades econômicas, pois acreditava que isto significava reduzir as chances de muitos alunos economicamente carentes que estudavam na FAFIC. Federalizar os Cursos da FAFIC, nesse sentido, significava dar maior oportunidade para esses alunos e possibilidades de crescer profissionalmente.

No dia 22 de janeiro de 1979, foi realizada uma Assembleia Extraordinária da FESC para discutir e decidir, por meio de votação, se realmente deveria acontecer a transferência de todos os cursos mantidos pela Fundação para a UFPB. Nesta reunião, estavam presentes o Bispo Diocesano e Presidente da FESC, Dom Zacarias, o Juiz de Direito da Comarca, Rui Formiga Barros, Arlindo Ugulino, representante das paróquias da Diocese, Francisco Matias Rolim, prefeito da cidade de Cajazeiras, o Deputado Estadual Antônio Quirino de Moura, Dr. Hugo Rodrigues dos Santos, representante do Ministério Público, Monsenhor Vicente Freitas, Vigário Geral da Diocese e tesoureiro da Fundação, o Cônego Luiz Gualberto e João de Deus Quirino de Moura, diretor e vice-diretor da FAFIC, respectivamente, dentre outros professores que trabalhavam na Faculdade e os demais membros da Assembleia.

Nesta oportunidade, Pe. Gualberto elencou, na Ata dessa Assembleia, as razões pelas quais se justificava a federalização dos cursos da Faculdade:

[...] a transferência da mantenedora integrando os seus cursos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está baseado no próprio Estatuto desta Fundação no artigo 3º e sobretudo no artigo 35 que diz: “[...] Faculdades e Institutos que venha a Fundação Superior de Cajazeiras a criar, a instalar, poder, por convênio, agregar-se à Universidade Federal da Paraíba, ou mesmo integrá-la com voto favorável e indispensável do Presidente”. Além do fundamento jurídico, apresentou o Sr. Diretor outras razões de ordem econômica, cultural, administrativa com referência ao ensino, corpo docente e discente e todo contexto da carência de recursos humanos e financeiros da região que se fazem necessários à educação superior do alto sertão do Nordeste. (Ata de Assembleia Extraordinária da FESC, realizada no dia 22/01/1979).

Deste modo, foram assinalados os seguintes pontos positivos nos quais a federalização da FAFIC traria para a região de Cajazeiras: a oportunidade de melhoria do processo ensino-aprendizagem, a melhoria na qualificação do corpo docente, evitando a evasão de professores em busca de melhores salários, a oferta do ensino gratuito, a canalização de maiores recursos econômico-financeiros destinados à construção e instalações de equipamentos, além dos recursos técnico-pedagógicos. Esses e outros benefícios indicados fizeram com que todos votassem unanimemente pela transferência dos cursos da FAFIC para a UFPB.

O Campus V da UFPB foi criado graças à amizade existente entre Pe. Gualberto e o professor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, reitor da UFPB, e da vontade política de Wilson Braga:

Pe. Gualberto tinha umas amizades com os políticos. Ele não era político partidário, mas um político da educação. E ele tinha muita vontade de que essa região crescesse. A gente poderia dizer que era um novo padre Rolim. Pe. Gualberto tinha amizades com deputados federais, inclusive alguns estão vivos hoje, como Wilson Braga, lá do Vale do Piancó, que era amicíssimo dele. Tudo o que o padre Gualberto pedia a Wilson Braga para a FAFIC, ele atendia. Wilson Braga foi deputado federal, foi senador e o que padre Gualberto pedisse, ele colocava o gabinete dele em Brasília à disposição. (SOUSA, 2010)

Deste modo, com o apoio político de tais autoridades, o Campus V da UFPB foi criado com aprovação dos três Conselhos Superiores da Universidade: o Curador, o de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) e o Conselho Universitário, no dia 13 de fevereiro de 1979, pela Resolução 62/79, destinado a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em área de formação de profissionais de educação para estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Em 29 de janeiro de 1979, o prefeito da cidade de Cajazeiras, Francisco Matias Rolim, doou à Universidade um terreno com uma área de 25 hectares, destinado à instalação do Campus V da UFPB, ainda na gestão do professor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque. No dia 1º de agosto do mesmo ano, todo o acervo da FAFIC assim como seus alunos, professores e funcionários foram transferidos para a UFPB. Enquanto a construção do prédio que serviria como sede da Universidade não era concluída, o recém criado Campus V continuava funcionando no antigo prédio da FAFIC:

Em agosto de 1979 já estava fechado o acordo. O Bispo doou todo o patrimônio da FAFIC para facilitar a vinda da UFPB, e colocou à disposição os docentes e os funcionários para a UFPB não ficar com a preocupação de fazer seleções e formar o quadro de docentes e o corpo técnico-administrativo. Então os professores foram

absorvidos, e o corpo técnico também. No segundo semestre de 1979, a gente já pertencia a UFPB, Campus V, que recebeu o nome de Centro de Formação de Professores. [...] Não houve seleção para ingressar na UFPB. Inclusive o pessoal que depois começou a ser contratado e passava por um processo de seleção costumava dizer que nós havíamos entrado pela janela, e eles estavam entrando pela porta. (SOUSA, 2010).

Assim, após nove anos de funcionamento, a FAFIC foi desativada e todo o seu corpo discente, docente, técnico-administrativo e patrimônio foi transferido e incorporado à UFPB. O ensino superior em Cajazeiras, enfim, se tornava gratuito e acessível, de certo modo, às classes mais populares.

Como gozasse de grande prestígio junto ao reitor da UFPB, Pe. Gualberto assumiu como primeiro diretor do Campus V da UFPB, a pedido do próprio Lynaldo Cavalcante, mas a seu contragosto, pois acreditava que, com a federalização da Faculdade, sua missão estava cumprida. Todos os professores e funcionários da FAFIC passaram a ser funcionários federais, a exceção de Padre Gualberto, por vontade própria:

No dia 3 fevereiro de 1980 foi inaugurado o campus V, apesar de já estar funcionando desde agosto de 1979, que funcionava no centro da cidade. No dia seguinte, ele disse: 'Vamos redigir um documento que eu vou pedir a minha exoneração do cargo que eu já cumpro a minha tarefa. Nós já inauguramos o campus e eu vou entregar pro reitor e o reitor nomeie quem ele quiser.' E foi assim que ele fez. Inclusive como professor de sociologia, que ele tinha participado da seleção e dava aulas de sociologia, ele pediu também demissão como professor. (SOUSA, 2010).

Entretanto, durante o curto espaço de tempo que passou na administração do Campus, padre Gualberto enfrentou oposições, afinal de contas ainda se vivia em pleno regime ditatorial no Brasil, sendo considerado por alguns professores como "pelego", devido a sua amizade e aliança política com Wilson Braga, especialmente pelos simpatizantes do partido de oposição recém fundado no Brasil, o Partido dos Trabalhadores:

Na minha visão, padre Gualberto foi um homem sábio, porque se ele fosse oposição, ele não era nem diretor de escola pública. Ele não tinha outra saída, era outra época. [...] Pe. Gualberto era extremamente discreto. Ele nunca apoiou nenhum ato da Ditadura. Ele tirou o que pôde e deixou na cidade. Eu acho que aí foi a sabedoria dele e nós não entendíamos, nós achávamos que ele era pelego. Se ele não tivesse se juntado com Wilson Braga, se ele não tivesse apoiado a política de Wilson Braga, se ele não tivesse apoiado a política de Lynaldo Cavalcante, Cajazeiras hoje [...] não tinha nada, não ia ter nunca nada. Pe. Gualberto foi um homem de visão, de futuro. Ele acreditava que a coisa ia mudar e ele trabalhava nessa perspectiva. Ele não apoiava nenhum ato ditatorial. Ele era um homem enérgico, como um administrador enérgico

[...] Mas na minha visão e na visão de alguns da época, nós achávamos que ele era pelego. (SOUSA, 2010).

Depois da renúncia de padre Gualberto da direção do Campus, assumiu o professor José Antônio de Albuquerque, eleito pelo Colegiado do CFP – Centro de Formação de Professores, que havia sido criado no dia 06 de fevereiro de 1980, ganhando, assim, o Campus autonomia, voz e voto junto aos Conselhos Superiores da Universidade Federal da Paraíba.

Assim, no dia 1º de agosto de 1979, a FESC ficou praticamente sem função, e a FAFIC foi desativada. Entretanto, no ano de 1997, a faculdade foi reativada por Dom Matias Patrício de Mechedo, bispo que assumiu a Diocese de Cajazeiras após a morte de Dom Zacarias.

Sendo assim, a criação do Campus V da UFPB, em Cajazeiras, pode ser atribuída, mais uma vez, a forte atuação da Igreja no setor educacional da cidade, por meio do empenho e trabalho do padre Luiz Gualberto de Andrade.

CAPÍTULO III - A FEDERALIZAÇÃO DA FAFIC E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CAJAZEIRAS.

Após a Revolução de 30, o Brasil experimentou seu ingresso no mundo capitalista de produção. Com a urbanização, industrialização e o surgimento das camadas médias urbanas e assalariadas, a nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada, e, para isto, era necessário investir na educação. Assim, em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931, foi realizada a Reforma Francisco Campos, que organizava o ensino secundário. Nas universidades brasileiras, praticamente ainda inexistentes, teve maior ênfase a criação de faculdades de educação e cursos de licenciaturas para formar professores, em especial, tendo em vista o ensino secundário. Por outro lado, a criação de universidades ou faculdades voltadas às atividades de pesquisa ficou em segundo plano.

No período populista, a partir de então, intensificou-se o processo de integração do ensino superior, fazendo com que faculdades isoladas pré-existentes se vinculassem administrativamente às universidades, o que ocorreu com a federalização de várias delas. No período da Nova República, a partir do ano de 1985, por exemplo, foram criadas 22 universidades federais e 8 universidades católicas.

No plano político-administrativo, ainda que muitas mudanças ocorressem em todo o País no período pós-30, o estado da Paraíba continuava enraizado na antiga estrutura fundamentada na política de favores e no coronelismo. Por esta razão, a implantação do Ensino Superior na Paraíba ocorreu tardiamente, nas décadas de 1940-1950.

As primeiras tentativas de se implantar o ensino superior no Estado paraibano aconteceram ainda no período compreendido entre o Império e a Primeira República, uma luta movida por interesses, especialmente das elites, pois ter um curso superior era sinônimo de prestígio político e poder local. Desta forma, o objetivo maior não era oferecer à população o acesso à educação e ao ensino superior, mas atender aos interesses da elite e aos interesses políticos daqueles que se irmanassem no processo e se tornassem responsáveis pela implantação destas instituições, contabilizando o fato como prestígio e poder, somado a votos nas campanhas eleitorais e cargos junto ao serviço público. E cada vez mais a educação tornava-se determinante na vida dos indivíduos, passando a ser o nível de escolaridade critério básico de acesso ao mundo da política e do trabalho, visto que analfabetos não podiam

participar do processo eleitoral, nem como eleitores, nem como candidatos, e nem ocupar cargos públicos, e esta por sua vez deveria ser feita por pessoas ligadas às oligarquias e com formação nas faculdades de Medicina ou Direito, que eram os cursos da elite.

Entre os anos de 1889 e 1930, houve uma segunda tentativa de implantação do Ensino Superior na Paraíba, com a criação da Universidade Popular⁷, porém não foi possível pois esta tentativa não passou da:

realização de algumas conferências, irrealismo do governo do Estado, exagero da imprensa oficial, euforia de uma pequena burguesia liberal, etc, sendo visto como um grande e desastroso equívoco. (RODRIGUES, 1986, p.34)

Faltava estrutura e o Ensino Superior na Paraíba configurava-se muito mais a uma conquista política das elites e do poder local, do que às necessidades surgidas da demanda por instrução em nível superior.

Apenas no ano de 1934, surge o Ensino Superior no Estado com a implantação da Escola de Agronomia do Nordeste – EAN, na cidade de Areias, e que veio a funcionar efetivamente no ano de 1937, sob financiamento do Governo do Estado. A criação da EAN marcou a transição do ensino médio para o ensino superior, sendo considerada, por muitos, marco para a fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Com a emergência de uma política populista, aos poucos, as transformações na economia local iam acontecendo, e é nesse cenário que ocorre a proliferação de instituições de ensino superior na Paraíba, tendo como resultado a política educacional adotada pelo Estado Populista em todo o País.

Deste modo, a expansão do ensino superior na Paraíba ocorreu somente na década de 1950, quando foram criadas várias faculdades e escolas isoladas, dentre elas, a Faculdade de Filosofia da Paraíba – FAFI. Estas escolas isoladas formaram o corpo da Universidade Estadual, a qual encontrou muitas dificuldades para o reconhecimento dos seus cursos, pois, representantes políticos e a imprensa do Sudeste acreditavam que não havia necessidade de ensino tão elevado em um Estado de pouca expressão econômica no País. (BEZERRA, 2006).

Assim, a iniciativa de criação do Ensino Superior na Paraíba partiu do interesse privado, da audácia de particulares e de profissionais liberais, tendo o setor público

⁷ Universidade Popular é um movimento autônomo que atua na luta pela democratização da universidade pública no Brasil. Nesta luta, que pode - e deve - ser travada em diversas frentes, na constituição de curso pré-vestibular comunitário é uma opção de enfrentamento da primeira barreira que é imposta aos estudantes pobres: o vestibular. (<http://areteeducar.blogspot.com/2008/02/pr-vestibular-universidade-popular.html>, acessado em 10/06/2011)

contribuído basicamente através da doação de prédios públicos para o funcionamento dessas faculdades, e do reconhecimento, por lei, dos referidos cursos, escolas e faculdades.

O crescimento urbano no Estado e o crescimento do número de pessoas com diploma secundário gerou o aumento da procura por matrícula no ensino superior. Isso criou condições favoráveis para o surgimento e a expansão do ensino superior na Paraíba, sendo que, muitas vezes, aconteceu sem planejamento. Tendo pois instalado a universidade na Paraíba, o Governo Estadual, se empenhou por sua federalização, passando ao Poder Público Federal o encargo de mantê-la e complementá-la, por meio de sua ampliação através dos recursos estaduais ou federais.

Nessa perspectiva, em meados da década de 1950, o governo de JK adotou uma política de desenvolvimento do País, que visava em especial o desenvolvimento industrial, que só se tornaria possível por meio da expansão do ensino. Neste período, de modo mais intenso nos anos de 1956 e 1960, ocorreu um grande surto de federalização de universidades e faculdades públicas e particulares no País, inclusive a Universidade da Paraíba, em 1960. A federalização representava a saída mais viável para o Ensino Superior no Estado, em especial do ponto de vista financeiro, pois era a garantia da melhoria da condição salarial dos funcionários e professores, e ainda facilitava o acesso das camadas mais desfavorecidas da sociedade paraibana à universidade, como resultado de uma política adotada pelo governo federal, apoiado pela interferência de representantes políticos dos estados interessados nesta política. (BEZERRA, *idem*).

Tudo isto tornou possível o processo de interiorização do ensino superior na Paraíba. A criação do Ensino Superior em Cajazeiras, na década seguinte, também partiu da iniciativa privada e da Igreja, apoiada por representantes políticos da região como o governador do Estado João Agripino, o Deputado Federal Wilson Braga e do Senador Ruy Carneiro, reconhecida inicialmente a nível municipal, e posteriormente, pelos Governos Estadual e Federal.

A federalização da FAFIC, nesse sentido, significou uma grande contribuição para o desenvolvimento educacional do Alto Sertão Paraibano, pois trouxe benefícios para os professores e funcionários desta instituição, todos incorporados à UFPB, no ano de 1979. Além disso, como revelam os discursos e/ou testemunhos de docentes que atuaram na FAFIC, nos anos 1970, abriu-se as portas do ensino superior para os estudantes mais pobres que não tinham condições de frequentar universidades nas capitais nem pagar faculdades privadas, nas

quais o diploma de graduado implicava em um grande investimento financeiro por parte do interessado.

O Centro de Formação de Professores (CFP), Campus V da UFPB, criado no dia 06 de fevereiro de 1980, pelo parecer N°146/80, teve como primeiro diretor o Cônego Luiz Gualberto de Andrade. Após sua saída deste cargo e da Universidade, assumiu a direção do Campus o professor José Antônio de Albuquerque, eleito pelo Colegiado do CFP.

Inicialmente, o Campus V da UFPB funcionou no prédio que até então havia sediado a FAFIC, enquanto a construção das novas instalações, iniciadas em setembro de 1979, ainda não era concluída. No dia 03 de fevereiro de 1980 foi inaugurado o primeiro edifício do Campus. A cada semestre aumentava o número de alunos, professores e funcionários e surgia a necessidade de ampliação dos espaços físicos. No dia 13 de janeiro de 1983, foi inaugurado pelo Reitor Berilo Ramos Borba novos espaços, como ambientes para professores, bloco administrativo, diretório acadêmico, cantina, biblioteca e quadra poliesportiva, além de um poço artesiano que abastecia de água todo o Campus.

Durante o reitorado do professor Berilo, o Campus experimentou de significativo crescimento:

O pessoal administrativo, em 1979, de 16 evoluiu para 65 funcionários, em 1983, consolidando o funcionamento do Centro. O pessoal docente em 1979, de 40 cresceu para 105 em 1983, já possuindo o Centro 11 com mestrado, 62 com especialização, 2 com aperfeiçoamento e 30 graduados. (ALBUQUERQUE, 1989)

Ainda, em 1983, havia cerca de 1500 alunos matriculados no Campus V, e já não era mais possível deter o crescimento e o desenvolvimento do ensino superior em Cajazeiras, tornando-se esta cidade um pólo educacional na região, recebendo alunos provenientes de diversas cidades e estados próximos.

Todavia, a interiorização do Ensino Superior em Cajazeiras não parou por aí. A FAFIC permaneceu por cerca de 18 anos desativada. Mas, diante da nova realidade do alunado concluinte do 2º Grau (Ensino Médio) e nos Seminários da Diocese de Cajazeiras e de outras Dioceses circunvizinhas, a FESC, por meio do Bispo Diocesano Dom Matias Patrício de Macêdo, solicitou ao Conselho Nacional de Educação a reabertura do Curso de Filosofia. Mas, para a reabertura da Faculdade, há tantos anos sem funcionamento, fazia-se necessário o cumprimento das diversas exigências feitas por meio do Parecer N° 22/96/SENSOR/DEMEC/PB, emitido em 14 de outubro de 1996. Havia ainda um longo trabalho pela frente na nova empreitada pela reativação da FAFIC, pois era necessário atender

as providências elencadas pelo DEMEC, em ocasião da visita *in loco*, realizada no mês de setembro de 1996, à IES. Destas providências a serem tomadas, era necessária a organização e emissão dos seguintes documentos:

1. Cópia das atas do Conselho Diretor aprovando a reativação do Curso de Filosofia, no Colégio Diocesano;
2. Relação nominal com respectivos cargos dos membros dos Conselhos de acordo com o Estatuto;
3. Cópia da ata do Conselho Curador demonstrando os recursos de manutenção do curso;
4. Apresentar proposta de novo Regimento coerente com a nova situação da Faculdade, com apenas um curso;
5. Apresentar cópia do Convênio com a UFPB para utilização do acervo da Biblioteca do campus V;
6. Informar os dados atualizados sobre a Faculdade de Filosofia, como a nova grade curricular, corpo docente adequado às disciplinas da nova grade, relação nominal do acervo próprio da Biblioteca da Faculdade, planta baixa dos edifícios e instalações localizando os ambientes que seriam utilizados, cópia das certidões cartoriais de posse dos prédios e a relação dos equipamentos disponíveis para os ambientes de trabalho. (Parecer N° 22/96/SESOR/DEMEC/PB, de 14 de outubro de 1996)

O pedido de reativação foi atendido por meio do Parecer N° 209/97, publicado no Diário Oficial da União em 12 de maio de 1997. Desta forma, a FAFIC foi reativada tendo como novo diretor o Padre Antônio Luiz do Nascimento, funcionando inicialmente apenas o Curso de Licenciatura em Filosofia, durante os primeiros 10 anos, tendo em vista a formação dos seminaristas da Diocese de Cajazeiras, quando novamente a Faculdades viria a desabrochar participando mais uma vez do processo de expansão do ensino superior que a cidade logo experimentaria.

A FESC manteve ainda a Faculdade de Ciências Contábeis de Pombal – FCCP e a Faculdade de Agronomia de Pombal – FAP, desativadas no ano de 2006⁸ em face da federalização destes dois Cursos pela UFCG, quando da criação do Campus de Pombal. Com a federalização dessas Faculdades em Pombal, a Diocese de Cajazeiras criou três novos cursos na FAFIC, no ano de 2007: Bacharelado em Ciência Contábeis, autorizado pela Portaria N° 776 de 25/10/06, Bacharelado em Serviço Social, autorizado pela Portaria N° 775 de 25/10/06, e Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), autorizado pela Portaria N° 556 de 26/06/07.

⁸ As Faculdades de Pombal foram criadas pela Diocese de Cajazeiras em 23 de outubro de 1997, através de Resolução do Sr. Bispo Diocesano Dom Matias Patrício de Macedo e autorizadas pelo Ministro da Educação Paulo Renato, conforme portaria Ministerial. A Faculdade de Ciências Contábeis foi autorizada pelo parecer n° 868/00 de 02/10/2000, a de Agronomia pelo parecer 112/0001 de 23/02/2001.

Desse modo, a FAFIC continuou crescendo em infra-estrutura, em números de alunos, professores e funcionários, e em qualidade, na avaliação do MEC. Atualmente a FAFIC conta com 32 funcionários, 56 professores, e cerca de 800 alunos. Oferece ainda cursos de especialização, além de desenvolver diversos projetos de pesquisa e extensão, por meio do NEPA (Núcleo de Extensão e Pesquisa Acadêmica), e oferece apoio psicológico a toda comunidade acadêmica por meio do PAPIES (Programa de Apoio Psicológico em Instituição de Ensino Superior).

No espaço físico, possui uma Biblioteca com amplo e rico acervo bibliográfico, laboratórios, Núcleo de Prática Jurídica, salas climatizadas, auditório, departamento de áudio-visual, área de convivências, etc. Recentemente, já no ano de 2011, recebeu conceito máximo de cinco (5,0) do MEC, em virtude do seu credenciamento.

Por uma década, enquanto o presidente da FESC era o bispo diocesano Dom Matias Patrício de Macedo, responsável pela reabertura da Faculdade de Filosofia, o padre Antonio Luiz do Nascimento assumiu a direção da FAFIC, enfrentando os desafios impostos pela nova realidade educacional. Atualmente, quem dirige a IES é o padre Agripino Ferreira de Assis, que tem em sua administração proporcionado o crescimento e desenvolvimento da Instituição.

Essa expansão do ensino superior em Cajazeiras é vista com empolgação pelo professor José Antônio de Albuquerque, quando afirma que

Esta cidade acredita no futuro. Tem sede de crescer. Não quer parar. Quer mais uma vez demonstrar ao Brasil, que as coisas boas não devem tão somente ficar nos grandes centros urbanos. Era preciso quebrar mais uma vez esse monopólio. (José Antônio, 2008).

A reativação da FAFIC, bem como a abertura de novos cursos de graduação e de pós-graduação em outras faculdades particulares de Cajazeiras, evidencia o crescimento do ensino superior e confirma cada vez mais a cidade como pólo e referência educacional na região sertaneja.

A FESC, a partir do momento em que foi instituída, abriu caminho para o processo de desenvolvimento do ensino superior na cidade de Cajazeiras. Com a federalização da FAFIC e a criação do Campus V da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Campus de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ampliou o atendimento e diversificou as áreas de oferta de ensino nesta cidade, especialmente com a criação dos cursos de Enfermagem e Medicina

Desde então, em Cajazeiras tem sido implantado um número crescente de faculdades em diversas áreas, graças a sua posição geográfica estratégica, localizada nas proximidades

das fronteiras dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, característica que sempre lhe foi favorável, recebendo um grande contingente de alunos provenientes de diversos municípios e estados próximos.

Atualmente, a cidade possui ao todo cinco Instituições de Ensino Superior e 22 cursos de graduação. Além das já citadas FAFIC e UFCG, existe ainda a Faculdade Santa Maria – FSM, com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Serviço Social, Administração; a Faculdade São Francisco – FASP, com os cursos de Pedagogia, Farmácia e Administração; e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB, com os cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), Tecnologia em Automação Industrial e Licenciatura em Matemática.

Assim, podemos compreender a educação como um fruto da ação conjunta entre a Igreja e o Estado, por meio de relações que os mantém até os dias de hoje atuantes neste campo, sendo que a Igreja ainda mantém diversas Instituições de Ensino, seja primário, seja superior, subordinadas à sua hierarquia, acentuando sua empreitada em vista da construção do saber.

Contando também com o apoio do Estado, a Igreja sempre incentivou e se empenhou na promoção da formação intelectual da sociedade, através da fundação de instituições educacionais, em todos os níveis e por meio de suas encíclicas. Em Cajazeiras, a idéia de fundação de uma faculdade foi animada pelas palavras do Papa Paulo VI, por meio da Encíclica *Gravissimum Educationis*, que em seu teor, incentiva a fundação de faculdades católicas, como meio de preservar e difundir sua doutrina.

Segundo o documento,

O sagrado Concílio muito recomenda que se fundem Universidades e Faculdades católicas, convenientemente distribuídas pelas diversas partes da terra, de tal maneira, porém, que brilhem não pelo número mas pela dedicação à ciência; e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança, embora de pouca fortuna, sobretudo aos oriundos das nações jovens.[...] A Igreja acompanha igualmente com zelosa solicitude as escolas de nível superior, sobretudo as Universidades e as Faculdades. Mais ainda naquelas que dela dependem, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada com princípios próprios, método próprio e liberdade própria da investigação científica, que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda dela, e, consideradas cuidadosamente as questões e as investigações atuais, se veja mais profundamente como a fé e a razão conspiram para a verdade única, segundo as pisadas dos doutores da Igreja, mormente de S. Tomás de Aquino. E assim se consiga a presença pública, estável e universal da mentalidade cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior, e que os alunos destas instituições se façam homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para aceitar os mais importantes cargos na sociedade e ser testemunhas da fé no mundo. (PAULO VI, 1965)

Com as portas abertas pela política populista e pela Reforma Universitária, que proporcionou a expansão do ensino superior, por meio da abertura de diversas faculdades e autorização de vários cursos, desde que estes não representassem ameaças aos ideais do Regime Militar, a Diocese encontrou as condições favoráveis para ampliar sua influência na educação cajazeirense, expandindo seu campo de atuação para o Ensino Superior.

Mas vale ressaltar que a expansão e o desenvolvimento do ensino superior não foi fato exclusivo e isolado nessa região. Na verdade, consistia apenas no reflexo dos eventos que ocorriam em todo o País. A educação superior no Brasil, após um período de estagnação nos anos 1980, viveu na década de 1990, um processo de expansão e qualificação do ensino e de suas estruturas. Não é de se estranhar que nesta mesma década a FAFIC tenha sido reativada. Várias transformações ocorreram na educação superior brasileira nas últimas décadas, como a expansão de matrículas no nível superior, resultante do crescimento do ensino médio e da busca crescente de melhores oportunidades profissionais, por meio da obtenção de um título de nível superior, a atualização da legislação pertinente à educação superior e o acesso facilitado e ampliado à instituições que ofereçam formação a nível superior, como é o caso das faculdades à distância.

Deste modo, é possível ter uma idéia da situação educacional na cidade de Cajazeiras, no que diz respeito ao Ensino Superior e os processos políticos que permearam a fundação da FAFIC, como reflexo de um cenário que se configurava em todo o território nacional. Além das necessidades enfrentadas, como a escassez de profissionais da educação, que desencadearam a iniciativa da criação da primeira faculdade da cidade e da região circunvizinha, trazendo significativa importância para a cidade de Cajazeiras no contexto regional, e contribuindo para seu crescimento econômico e social, a ponto de ter sido considerada como a cidade que mais crescia no estado da Paraíba.

Na década de 60, quando a FESC foi criada, Cajazeiras se orgulhava de ser a terceira cidade do Estado. Com o desaparecimento de seu principal produto, o algodão, foi perdendo pouco a pouco essa hegemonia, e, hoje é a sétima cidade em população, com 57 mil e em número de eleitores, 40.147, distribuídos em duas zonas eleitorais. Na década de 60, o fundador da FESC, viajava de avião, partindo de Cajazeiras para qualquer lugar do mundo, através de uma linha regular feita pela VARIG, com vôos diários, mas foi também nesta década que perdemos o trem, além da linha aérea. Recentemente o município ganhou posições importantes no seu processo de desenvolvimento econômico, social e educacional. Segundo o IBGE, em 2005, Cajazeiras foi à cidade que mais cresceu na Paraíba. A secretaria de Planejamento da Prefeitura divulgou que só no de 2007, foram expedidos 456 habite-se, sinalizando que a cada mês do ano cerca de 60 novas construções são iniciadas na cidade. O que tem feito esta cidade crescer desta forma? Muito embora sem um estudo científico, temos observado que uma das

causas mais relevante para este crescimento tem sido o setor educacional, desde a criação, em 1970 da FAFIC. (José Antônio, 2008)

Assim, Cajazeiras continua sendo pólo educacional e referência em toda a região do Alto-Sertão.

Há 43 anos atrás, naqueles tempos longínquos, que ousadia era esta de retirar do litoral os centros de poder da educação e trilhar os caminhos do interior? Instalar uma escola de ensino superior em Cajazeiras, para muitos era querer além da conta. Com passos lentos, vagarosos, tímidos, mas definidos e sem perder o rumo, um homem com uma visão profética e com a firmeza de sua personalidade causou espanto a muitas personalidades do nosso estado e do Nordeste, ao divulgar o seu projeto. Enquanto em outras regiões do país, seus filhos, se orgulham de seus feitos e de suas datas, baseado em suas riquezas, no Sertão Nordestino, é como a dos santos e mártires, feita de dores e de provações. Assim foi o caminho, quase sempre trilhado pela FESC. (José Antônio, 2008)

Deste modo, compreendemos a instauração do ensino superior na cidade de Cajazeiras como um reflexo das transformações que vinham acontecendo no Brasil e que, paulatinamente, chegava às regiões mais distantes do país.

As medidas educacionais adotadas pelo Estado Populista, caracterizado por um estilo de governo autoritário, no qual as medidas adotadas pelo Regime Militar, por meio da Reforma Universitária de 1968, possibilitaram a ampliação do número de faculdades privadas no País, contribuíram diretamente no processo de implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras.

Tais medidas viabilizaram as relações de poder mediadas pelo clientelismo e/ou de apadrinhamento político, que se estabeleceram ao longo deste processo, em especial, por meio de alianças e amizades políticas. Nessas condições, foi possível realizar a interiorização da Educação Superior no sertão paraibano, concretizada pela criação da primeira faculdade sertaneja, fato marcante para a história da região que, até então, padecia com o difícil acesso ao ensino superior, concentrado apenas nas capitais e grandes centros urbanos.

A educação sempre foi, e ainda é, vista como o meio mais eficaz de controle sobre o indivíduo e como instrumento de exercício do poder sobre a sociedade, de modo que estes sejam moldados conforme os parâmetros estabelecidos e desejados pelas elites. Assim, podemos compreender que a implantação do Ensino Superior na região do Sertão Paraibano foi resultado de um longo processo pautado nas relações de poder entre as diversas autoridades políticas, religiosas e econômicas, locais, regionais e nacionais, que determinaram, de certo modo, o sucesso do projeto educacional na cidade cajazeirense, e que, até hoje estão presentes no meio acadêmico.

Assim, o processo de interiorização do Ensino Superior no estado da Paraíba, implicou na descentralização dos serviços educacionais quase que exclusivos dos grandes centros urbanos, os quais monopolizavam a formação universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise de Foucault (1987), é possível afirmar que não existe o poder em si, mas sim, relações de poder, ou seja, formas heterogêneas em constantes transformações, que fazem do poder uma prática social e que funciona como uma rede de mecanismos que atravessa a sociedade submetendo a todos os indivíduos, por meio de táticas, manobras e estratégias, das quais é impossível escapar.

Estas relações de poder ultrapassam o nível estatal e se difundem por toda a sociedade. No período Moderno, o Estado não é o único centro de controle e de formação ideológica, mas também outras instituições como escolas, universidades, fábricas, dentre outras, são fundamentais à formação da sociedade dentro dos parâmetros de legitimação da lógica capitalista. Estas relações, que funcionam em rede, constituem uma espécie de sistema de poder, legitimado por meio de instituições que mantêm uma ligação social e política entre si com base no Estado. Sendo assim, pode-se afirmar que o poder está em toda parte, expresso nas várias e diferentes relações mantidas pelos indivíduos, e se exerce com uma multiplicidade de relações de forças, de modo disciplinar.

A disciplina é um mecanismo de poder que possibilita um controle minucioso das operações do corpo, que garantem a subordinação ou sujeição, e impõe uma relação de docilidade e utilidade, através da manipulação de comportamentos e até de ideias e pensamentos. A dominação política do corpo objetiva principalmente a produção de um modelo de homem necessário ao bom funcionamento da economia capitalista, e um dos espaços privilegiados para o exercício do poder, o qual é responsável pela produção e construção do saber, como instituições escolares e, em especial, o meio acadêmico.

Foucault demonstra interesse pelo poder como elemento capaz de explicar a maneira como é produzido o saber e como os indivíduos se constituem na articulação de ambos. A educação, a formação intelectual da sociedade, sofre interferência das ideologias do poder, fazendo do indivíduo o resultado de diversos processos que ocorrem nessas redes de poderes, moldando-o da forma mais conveniente, de modo a torná-lo útil e dócil.

No caso brasileiro, isso pode ser observado de modo mais visível durante o Governo dos Militares (1964-1984), no qual as relações de poder se intensificam e se mostram mais latentes. Pela influência do Regime, as universidades se empenham em produzir indivíduos dóceis, corpos adestrados dentro dos ideais militares, de modo que estes não representassem

perigo ao Regime vigente. Esse adestramento se dava por meio de um controle minucioso daqueles considerados subversivos e da manipulação da formação intelectual dos mesmos. Neste contexto, ocorre a reforma Universitária, de 1968, onde diversas faculdades privadas são criadas e autorizadas a funcionar, desde que se enquadrem nos parâmetros estabelecidos, a exemplo da FAFIC. Deste modo, as universidades se tornam espaços de poder sob o controle do Estado, nas quais há uma tentativa de formar e moldar os alunos objetivando a produção de corpos dóceis, úteis e que não representem perigo ou ameaça ao poder em vigor, e aos que “fugirem” do controle, ou seja, saírem dos parâmetros e mostrarem comportamentos que possam ser julgados como subversivos, eram reprimidos física e psicologicamente.

A criação e o desenvolvimento FAFIC, na cidade de Cajazeiras – PB, ocorrida durante o período ditatorial, foi intensamente marcada por estas relações de poder, ainda que em muitos casos, a Diocese de Cajazeiras não expressasse apoio explícito ao Regime, mas também não se posicionava contra ele. Entretanto, a FAFIC foi pensada de modo que se enquadrasse na proposta de ensino superior criada pelo Regime Militar, de modo que não houvesse divergências entre os planos dos militares e as propostas de ensino da Faculdade. Agindo desta forma, a Faculdade de Filosofia de Cajazeiras conseguiu a autorização para seu funcionamento, visto que esta não representava perigo ao Governo.

Além disso, estas relações de poder também se expressaram por meio de relações pessoais estabelecidas entre representantes da FAFIC e de pessoas ligadas ao Governo, portanto, ligadas ao poder, fato que “abriu muitas portas” para o sucesso da interiorização do ensino superior nesta região. Foi graças à influência da Igreja Católica, e das amizades e relações mantidas entre o Pe. Luiz Gualberto e ilustres personagens da época, vinculados ao poder local e nacional, como, por exemplo, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, o Deputado Federal Wilson Braga, além do Reitor da UFPB Lynaldo Cavalcante. Tudo isso possibilitou a instauração da educação superior na cidade de Cajazeiras, e, posteriormente, seu desenvolvimento. A criação da FAFIC, nesse sentido, possibilitou a abertura de novas instituições de ensino superior em Cajazeiras, consolidada hoje como pólo educacional do sertão nordestino, com a ampliação do ensino superior em instituições públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, José Antônio. *Cajazeiras: 20 anos de ensino superior*. *Jornal de Cajazeiras*, Cajazeiras, 22 de agosto de 1989. p. 06 e 07.
- BEZERRA, Francisco Chaves. SAECULUM – *Revista de História* [15]; João Pessoa, jul./dez., 2006.
- CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Educação nas ondas do rádio: as escolas radiofônicas como um projeto de educação popular. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais*. Fortaleza: Editora UFC, 2003, p.342-356
- Direito à Memória e à Verdade: A Ditadura no Brasil, 1964-1985. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PRA. Fundação Luterana de Diaconia - Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação.
- FONSECA, Aidil Brites Guimarães; CRUZ, Adriano Charles da Silva. *Uma onda de educação: o rádio no MEB – IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste – Salvador/BA, s/d.*
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 1987. Petrópolis, Vozes.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 291)
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom/HOLANDA, Fabiola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o Discurso de Moralização da Nação. *Scientia Plena*, vol. 3, nº 5, 2007)

ORSO, Paulino José. *A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE*. Campinas: UNICAMP, 1996.

PAULO VI. Carta Encíclica *Gravíssimum Educationis*. Roma, 28 de outubro de 1965.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Sociedade e Universidade: Um estudo de caso*. João Pessoa: SEC – PB, 1986.

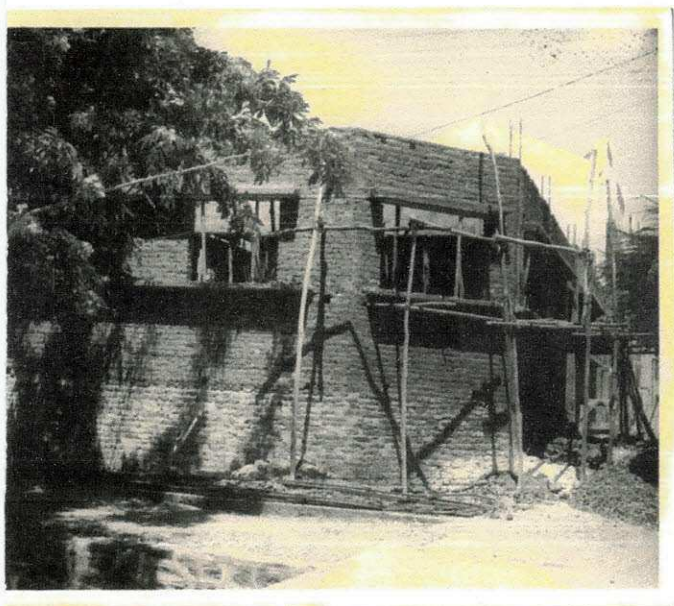
SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

SOUSA, Francisco das Chagas de Lóiola. Relatório final do projeto de pesquisa *O magistério superior na interface público/privado: Cajazeiras - PB (1965-1985)*. Cajazeiras: UAE/CFP/UFCG, 2010.

WELLAUSEN, Saly da Silva. *Os dispositivos de poder e o corpo em Vigiar e Punir*, Revista Aulas, n. 03, dezembro de 2006/março de 2007.

ANEXOS

Construção da primeira sede da FAFIC



Construção do Colégio Diocesano Padre Rolim (FAFIC)





Ata da reunião realizada no
Forum Municipal para tratar do funcio-
namento da Faculdade de Filosofia, Ciên-
cias e Letras de Cajazeiras.

Realizou-se no Forum, às 16.30
do dia 6 de Junho, nesta cidade, a reuni-
ão com a finalidade supra-indicada, tendo
como participantes, além do Bispo Diocesano,
D. Zacarias Rolim de Moura, do dr. juiz
de Direito Rui Romão Barros, do Prefeito
Municipal Epitácio Leite Rolim, do Cônego
Luiz Galberth de Andrade, diretor nomeado
da dita Faculdade, do presidente da Câmara
de Vereadores, Celso Alencar, do Dr. Antonio
Quirino de Moura, secretário da Câmara do
Município, do mee. pref. Abdias Rolim,
muitos outros doutos e professores e demais
autoridades locais.

Tratou-se entre outros dos seguintes
assuntos:

1- O Cônego Luiz Galberth apresentou
os motivos pelos quais se torna inatendidos o
funcionamento da Faculdade, as necessidades
urgentes para a obtenção da aprovação do
funcionamento por parte do MEC, as ex-
tensas fidejussões das autoridades e lideranças lo-
cais. Enunciou a necessidade da imediata orga-
nização da biblioteca.

2- O padre Genésio Fernandes su-
gere que a Faculdade funcione no Colégio
Padre Rolim, disponibilizando o amplo Forum
integrando seus cursos e recursos, de maneira
que ela seja uma continuidade e um furo

do velho estabelecimento plantado pelo
Pade Mestre:

(3) - O prefeito Epitácio Leite deu
o apoio integral, mas ficou a prioridade que
a Prefeitura tem de dar, por força de lei,
ao ensino primário. Continuam a participar
das reuniões da região.

(4) - Dr. Antônio Quirino propôs a
incorporação por parte do Estado do Colé-
gio Comercial, pedindo a Prefeitura enca-
minhar para a Faculdade os alunos que
emprega no Colégio.

(5) - Fizeram ainda diversas proposi-
ções os senhores Dr. Valdemar Ferraz e João
Azevedo Pereira, Francisco Dutra de Oliveira
e Dr. Abdiel Rolim.

Para dar marcha imediata à fun-
ção da Biblioteca foi constituída uma
Comissão com os seguintes membros:

1 - Comité Executivo:

Francisco Dutra de Oliveira

Dr. José Araruna

Dr. Teté Assis

Ricardo Arruda Neto

Lucílio Elias Rauer.

2 - Membros:

Dr. Rui Formiga Barros

Dr. Abdiel de Souza Rolim

Dr. Antônio Quirino de Sousa

Dr. Ruyter de Oliveira

Dr. Francisco Iermilton Braga

Dr. Antônio Araruna

Azula Pires Araruna

Ernani Oliveira

da Paraíba (U.F.PB). O Sr. Presidente da Fundação abriu os debates e passou a Palavra ao Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, para que fizesse a exposição, sucinta e clara, do assunto a ser discutido e votado. Usando da palavra, o Cônego Luiz Gualberto de Andrade disse, inicialmente, que a transferência da mantenedora integrando os seus cursos na Universidade Federal da Paraíba (U.F.PB) está baseada no próprio Estatuto desta Fundação, no artigo 3º e sobretudo no artigo 35 que diz: "... Faculdades e Institutos que venha a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras a criar, a instalar podem, por convênio, agregar-se à Universidade Federal da Paraíba, ou mesmo integrá-la com voto favorável e indispensável do Presidente." Além do fundamento jurídico, apresentaram o Sr. Diretor outras razões de ordem econômica, cultural, administrativa com referência ao ensino, corpo docente e discente e todo contexto da carência de recursos humanos e financeiros da região que se fazem necessários à educação superior do alto sertão do Nordeste. A seguir, usaram da palavra todos os vogais e vários sócios desta Fundação, apresentando seu ponto de vista sobre o assunto discutido que, em síntese, resultou num consenso geral de aprovação da transferência de Mantenedora na integração dos cursos desta Fundação para a Universidade Federal da Paraíba (U.F.PB) expressos nas justificativas infra discriminadas: 1. A transferência está prevista no próprio Estatuto da Fundação - (art. 3º e 35); 2. Apesar de a Fundação vir prestando relevantes serviços à região, em condições satisfatórias, integrar os seus cursos à Universidade Federal da Paraíba, será uma oportunidade ímpar

à melhoria do Processo Ensino-Aprendizagem até aqui por ela ministrada. 3. Concorrer para uma melhor qualificação do corpo docente e fixação dos seus componentes na região, evitando assim a evasão do professorado para outros centros em busca de maiores salários. Fêz-se a mesma referência à situação do pessoal da administração. 4. Resaltou-se a possibilidade da gratuidade para o alunado oriundo de toda região deste alto sertão do Nordeste, que passará a beneficiar-se do Ensino Oficial. 5. Enfocou-se também a interiorização do Ensino Superior oficial, em regiões pobres, mas profundamente estratégicas, considerada a sua população escolar concludente do 2º grau, sem condições de proseguir os estudos em outros centros distantes. 6. Foi demonstrada a possibilidade de serem canalizados maiores recursos econômico-financeiros - para a região, destinados à construção, a instalações, equipamentos, material permanente, e outros recursos técnico-pedagógicos que possam incrementar a pesquisa, dentro do contexto regional. 7. A implantação de um "Campus" Universitário, em Capazeiras, a transferência dos cursos desta Fundação para a Universidade Federal da Paraíba, vêm precisamente consagrar a vocação de Capazeiras que desde 1843, neste alto sertão, sedimentou as suas bases no ensino, com a fundação da sua primeira escola, pelo Padre Inácio de Sousa Rolim, filho da terra, eminente humanista e naturalista. Apresentadas e discutidas as justificativas supra relacionadas, o Sr. Presidente submeteu à votação da Assembleia a mencionada transferência dos cursos de Ciências, Letras, Estudos Sociais, História, Geografia e Filosofia, ministrados pela Faculdade e mantidos

por esta Fundação para a Universidade Federal da Paraíba, a qual foi aprovada pela votação unânime do Presidente, dos vogais e de toda Assembleia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão e ordenou a mim, secretária da Fundação, encerrar a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, Madalena Souza, Secretária, a escrevi e subscrevo.

Bispo D. José de Araújo Pinheiro - Presidente da F.C.S.C.

Professores

Franco Modesto

Professores

Thomaz Francisco Thomaz

Professores

Alcides de Azevedo

Professores

Arturo de Azevedo

Professores

Arturo de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

Professores

Luiz Rodrigues de Azevedo

DR. José Moreira
Aldenor Afencar
Miguel Vasconcelos Aruder
Sargento José Barbosa
DR. José Vitor

Gerázius Fernandes de Queiroga

A próxima reunião, primeira do ple-
nário da Comissão, será no dia 8 de junho
próximo, no Forum, às vinte horas.

Para constar lauro a presente ata
Cajazeiros, 6 de junho de 1969.
Gerázius F. de Queiroga
- secretário ad hoc -

15 de agosto 1975
Raciana Helena & Moreira, Siqueira & Caporali

- 16 de agosto 1975 - [illegible]
- 17 de agosto 1975 - [illegible]
- 18 de agosto 1975 - [illegible]
- 19 de agosto 1975 - [illegible]
- 20 de agosto 1975 - [illegible]
- 21 de agosto 1975 - [illegible]
- 22 de agosto 1975 - [illegible]
- 23 de agosto 1975 - [illegible]
- 24 de agosto 1975 - [illegible]
- 25 de agosto 1975 - [illegible]
- 26 de agosto 1975 - [illegible]
- 27 de agosto 1975 - [illegible]
- 28 de agosto 1975 - [illegible]
- 29 de agosto 1975 - [illegible]
- 30 de agosto 1975 - [illegible]
- 31 de agosto 1975 - [illegible]
- 1 de setembro 1975 - [illegible]
- 2 de setembro 1975 - [illegible]
- 3 de setembro 1975 - [illegible]
- 4 de setembro 1975 - [illegible]
- 5 de setembro 1975 - [illegible]
- 6 de setembro 1975 - [illegible]
- 7 de setembro 1975 - [illegible]
- 8 de setembro 1975 - [illegible]
- 9 de setembro 1975 - [illegible]
- 10 de setembro 1975 - [illegible]
- 11 de setembro 1975 - [illegible]
- 12 de setembro 1975 - [illegible]
- 13 de setembro 1975 - [illegible]
- 14 de setembro 1975 - [illegible]
- 15 de setembro 1975 - [illegible]
- 16 de setembro 1975 - [illegible]
- 17 de setembro 1975 - [illegible]
- 18 de setembro 1975 - [illegible]
- 19 de setembro 1975 - [illegible]
- 20 de setembro 1975 - [illegible]
- 21 de setembro 1975 - [illegible]
- 22 de setembro 1975 - [illegible]
- 23 de setembro 1975 - [illegible]
- 24 de setembro 1975 - [illegible]
- 25 de setembro 1975 - [illegible]
- 26 de setembro 1975 - [illegible]
- 27 de setembro 1975 - [illegible]
- 28 de setembro 1975 - [illegible]
- 29 de setembro 1975 - [illegible]
- 30 de setembro 1975 - [illegible]
- 1 de outubro 1975 - [illegible]
- 2 de outubro 1975 - [illegible]
- 3 de outubro 1975 - [illegible]
- 4 de outubro 1975 - [illegible]
- 5 de outubro 1975 - [illegible]
- 6 de outubro 1975 - [illegible]
- 7 de outubro 1975 - [illegible]
- 8 de outubro 1975 - [illegible]
- 9 de outubro 1975 - [illegible]
- 10 de outubro 1975 - [illegible]
- 11 de outubro 1975 - [illegible]
- 12 de outubro 1975 - [illegible]
- 13 de outubro 1975 - [illegible]
- 14 de outubro 1975 - [illegible]
- 15 de outubro 1975 - [illegible]
- 16 de outubro 1975 - [illegible]
- 17 de outubro 1975 - [illegible]
- 18 de outubro 1975 - [illegible]
- 19 de outubro 1975 - [illegible]
- 20 de outubro 1975 - [illegible]
- 21 de outubro 1975 - [illegible]
- 22 de outubro 1975 - [illegible]
- 23 de outubro 1975 - [illegible]
- 24 de outubro 1975 - [illegible]
- 25 de outubro 1975 - [illegible]
- 26 de outubro 1975 - [illegible]
- 27 de outubro 1975 - [illegible]
- 28 de outubro 1975 - [illegible]
- 29 de outubro 1975 - [illegible]
- 30 de outubro 1975 - [illegible]
- 31 de outubro 1975 - [illegible]
- 1 de novembro 1975 - [illegible]
- 2 de novembro 1975 - [illegible]
- 3 de novembro 1975 - [illegible]
- 4 de novembro 1975 - [illegible]
- 5 de novembro 1975 - [illegible]
- 6 de novembro 1975 - [illegible]
- 7 de novembro 1975 - [illegible]
- 8 de novembro 1975 - [illegible]
- 9 de novembro 1975 - [illegible]
- 10 de novembro 1975 - [illegible]
- 11 de novembro 1975 - [illegible]
- 12 de novembro 1975 - [illegible]
- 13 de novembro 1975 - [illegible]
- 14 de novembro 1975 - [illegible]
- 15 de novembro 1975 - [illegible]
- 16 de novembro 1975 - [illegible]
- 17 de novembro 1975 - [illegible]
- 18 de novembro 1975 - [illegible]
- 19 de novembro 1975 - [illegible]
- 20 de novembro 1975 - [illegible]
- 21 de novembro 1975 - [illegible]
- 22 de novembro 1975 - [illegible]
- 23 de novembro 1975 - [illegible]
- 24 de novembro 1975 - [illegible]
- 25 de novembro 1975 - [illegible]
- 26 de novembro 1975 - [illegible]
- 27 de novembro 1975 - [illegible]
- 28 de novembro 1975 - [illegible]
- 29 de novembro 1975 - [illegible]
- 30 de novembro 1975 - [illegible]
- 1 de dezembro 1975 - [illegible]
- 2 de dezembro 1975 - [illegible]
- 3 de dezembro 1975 - [illegible]
- 4 de dezembro 1975 - [illegible]
- 5 de dezembro 1975 - [illegible]
- 6 de dezembro 1975 - [illegible]
- 7 de dezembro 1975 - [illegible]
- 8 de dezembro 1975 - [illegible]
- 9 de dezembro 1975 - [illegible]
- 10 de dezembro 1975 - [illegible]
- 11 de dezembro 1975 - [illegible]
- 12 de dezembro 1975 - [illegible]
- 13 de dezembro 1975 - [illegible]
- 14 de dezembro 1975 - [illegible]
- 15 de dezembro 1975 - [illegible]
- 16 de dezembro 1975 - [illegible]
- 17 de dezembro 1975 - [illegible]
- 18 de dezembro 1975 - [illegible]
- 19 de dezembro 1975 - [illegible]
- 20 de dezembro 1975 - [illegible]
- 21 de dezembro 1975 - [illegible]
- 22 de dezembro 1975 - [illegible]
- 23 de dezembro 1975 - [illegible]
- 24 de dezembro 1975 - [illegible]
- 25 de dezembro 1975 - [illegible]
- 26 de dezembro 1975 - [illegible]
- 27 de dezembro 1975 - [illegible]
- 28 de dezembro 1975 - [illegible]
- 29 de dezembro 1975 - [illegible]
- 30 de dezembro 1975 - [illegible]
- 31 de dezembro 1975 - [illegible]

[Handwritten signature]

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Fundação do Ensino Superior de Cajazeiras

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e nove, às nove horas, na sede da Fundação do Ensino Superior de Cajazeiras, situada à Rua Padre Rolim, nº 155, nesta cidade de Cajazeiras - PB, sob a presidência de Dom Tracarias Rolim de Moura, com a presença dos vogais. Ami Formiga Barros, juiz de Direito da Comarca, Arlindo Uguilino, representante de todas as paróquias da Diocese, Sr. Francisco Matias Rolim, Prefeito de Cajazeiras e o Deputado Antonio Amirino de Moura, representantes do Poder Municipal, Sr. Hugo Rodrigues dos Santos, representante do Ministério Público, Mons. Vicente Freitas, Vigário Geral da Diocese e Tesoureiro da Fundação, comigo secretária da Fundação e demais sócios abaixo assinados, ainda com a presença do Cônego Luiz Gualberto de Andrade, diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, do Vice-diretor, João de Deus Amirino de Moura, dos professores José Antonio de Albuquerque, Maria Nazari Lopes Ferreira, Pe. Antonio Luiz do Nascimento e Francisco Ferreira de Sousa, respectivamente, chefes dos Departamentos de Ciências Sociais, Letras, Educação e Ensino e Ciências Exatas, realizou-se uma sessão extraordinária da referida Fundação com o objetivo de discutir e votar a transferência de todos os cursos mantidos pela Fundação do Ensino Superior de Cajazeiras, ora mantenedora, para a Universidade Federal



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

12-9-1917
7/1

Dr. José Carlos:

Recebo-me que
procurou Dom
Facarias, quan-
do de sua
próxima viagem
a Cajazeiras, e
dessa - o Sr.
Prêluna da
Faculdade de Filosofia

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 04/70

CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA FUN-
CIONAMENTO DA FACULDADE DE FI-
LOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
CAJAZEIRAS.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍ-
BA, no uso de suas atribuições, e com base no Parecer nº
06/70, da Câmara de Ensino Médio e Superior, emitido no
Processo nº 125/69, aprovado em sessão plenária realizada
nesta data,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica concedida autorização para
o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Le-
tras de Cajazeiras, criada pela Lei Municipal nº 503, de
17 de janeiro de 1970, sendo sua entidade mantenedora a
Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras.

Art. 2º - A presente autorização será tor-
nada efetiva por Decreto do Poder Executivo Federal, nos
termos do Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, em João Pessoa, aos 23 de janeiro de 1970.


ANTÔNIO MARQUES DA SILVA MARIZ
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL

— Cajazeiras —
— Paraíba —

CABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 903, de 17 de janeiro de 1970.

CRIA a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS:

Dejo saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, com sede nesta cidade.


Art. 2º - Caberá à Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras, na condição de que prevista e em estatuto, a responsabilidade da manutenção da Faculdade criada nos termos do artigo anterior.

Art. 3º - É concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras uma subvenção anual de R\$1.000,00 (uma mil Cruzado Novo), a título de ajuda para cobertura de parte das despesas de manutenção da Faculdade, relativa a honorários de docentes.

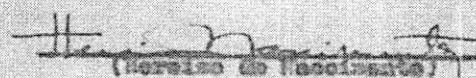
Art. 4º - Fica o Poder Executivo, para cumprimento do disposto na presente lei, a abrir, no corrente exercício, o crédito Especial de R\$1.000,00 (uma mil Cruzado Novo) e a consignar a dotação respectiva e específica nos orçamentos municipais dos exercícios seguintes.

Art. 5º - Esta lei tem vigor a partir de 11 de dezembro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, em 17 de janeiro de 1970.



(Dr. Epitácio Leite Leite)
PREFEITO MUNICIPAL



(Aurelio do Nascimento)
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
DELEGACIA DO MEC NA PARAÍBA
SERVIÇO DE SUPERVISÃO ORIENTAÇÃO E REGISTRO

PARECER N.º 22/96/SESOR/DEMEC/PB

João Pessoa, 14 de outubro de 1996.

Processo N.º 23022.001039/96-34

Senhor Delegado,

Trata o presente Processo de solicitação da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras para reativação do Curso de Filosofia, desativado há vários anos.

Através de estudos documentais realizados pela equipe de supervisão desta Delegacia, da visita realizada "In loco" na IES, no mês de setembro próximo passado, pelo Delegado e a chefe do SESOR, além de contatos frequentes mantidos com os atusis responsáveis pela Instituição, informamos a Vossa Senhoria que existem várias providências a serem adotadas pela Mantenedora, que devem anteceder à verificação da comissão a ser criada nesta DEMEC, na forma proposta.

Dentre as providências a serem adotadas antes do início dos trabalhos da Comissão da DEMEC, podemos destacar:

- 1 - Cópias das atas do Conselho Diretor aprovando a reativação do Curso de Filosofia, no Colégio Diocesano;
- 2 - Relação nominal (com respectivos cargos) dos membros dos Conselhos de acordo com o Estatuto;
- 3 - Cópia da ata do Conselho Curador demonstrando os recursos de manutenção do curso;
- 4 - Apresentar proposta de novo Regimento coerente com a nova situação da Faculdade, com apenas um curso;
- 5 - Apresentar cópia do Convênio com a UFPB para utilização do acervo da Biblioteca do Campus V;

6 - Informar os dados atualizados sobre a Faculdade de Filosofia:

6.1 - Nova Grade Curricular;

6.2 - Corpo Docente adequado as disciplinas de nova grade;

6.3 - Relação Nominal do acervo próprio da Biblioteca da Faculdade

6.4 - Planta baixa dos edificios e instalações localizando os ambientes que serão utilizados;


6.5 - Cópia das certidões cartoriais de posse dos prédios;

6.6 - Relação dos equipamentos disponíveis para os ambientes de trabalho.


Pelo acima exposto, somos de parecer que seja oficializado ao Presidente da Mantenedora, as pendências acima mencionadas, para agilizar o andamento do processo em referência que possibilite a criação da comissão e realizada a verificação das condições de funcionamento do curso.

Este é o nosso parecer.

S.M.J.


MARIA GIANNINA VILLAR FARACO
CHEFE DO SESOR/ DEMEC/PB

De acordo,
Expeça-se o Ofício.


MARTINHO QUEIROGA SALGADO
DELEGADO DO MEC NA PARAÍBA

O Processo nº 125/69, em tramitação no Conselho Estadual de Educação, anexo a esta documentação que instrui o pedido / de autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, subscrita pelo ilustre prelado Dom Zacarias de Moura Rolim, na qualidade de Presidente da Fundação / de Ensino Superior de Cajazeiras.

De início é justo louvar-se o cuidado e esmero com que / foi preparado esse processo, tanto na parte redacional e de ordenamento de assuntos, como na parte gráfica e documental.

Começaremos o seu exame, em cotejo com as exigências da Resolução nº 14, de 27.12.1967, do Conselho Estadual de Educação, pelo penúltimo fascículo, onde se apresenta a "prova de que a criação do Curso representa real necessidade para a região" (art. 6º alínea b, da Resolução citada).

A comprovação dessa necessidade ressalta a um ligeiro / exame dos quadros demonstrativos do número de estabelecimentos de Ensino Médio espalhados em 14 municípios, convergentes para Cajazeiras - pioneira e líder educacional do sertão paraibano.

Dessas comunas, a mais longe está situada a 140 kms. e nos 28 estabelecimentos estudam 6.477 alunos. A cidade de Cajazeiras. A cidade de Cajazeiras, com 2 escolas médias, para 108 professores que nelas ensinam, dispõe, apenas, de oito mestres com o Curso de Filosofia. E é a cidade que pode oferecer o melhor índice / de atendimento à exigência do professor qualificado!

Não há como pôr em dúvida a necessidade de formação de elevado número de mestres com nível universitário, para atendimento de uma grande demanda já existente. Somase a isto a criação, / ascendente, de novos ginásios, de todos os tipos.

Essa necessidade de formação jamais será atendida pelas Faculdades existentes em Campina Grande, João Pessoa, Portaleza e Recife, atento o seu alto custo para uma região sem os recursos necessários.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras constituirá um passo avançado para a solução do problema nacionalizado. De outra parte, encampará o Curso de Filosofia do Seminário Diocesano, pioneiro na preparação dos sacerdotes católicos no interior paraibano.

As condições sócio-econômicas e culturais do município / de Cajazeiras, ressaltando-se os seus defeitos de transporte - com a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
DELEGACIA DO MEC NA PARAÍBA

Ofício N.º 84 /96/SESOR/DEMEC/PB

João Pessoa, 19/11/96

Senhor Presidente,

Ratificando todos os entendimentos anteriores mantidos com essa conceituada Fundação, informamos a Vossa Reverendíssima que a Secretaria de Ensino Superior do MEC encaminhou o Processo N.º 23022.001039/96-34 que trata do pedido dessa Fundação para reativação do Curso de Filosofia, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, solicitando a criação de uma Comissão para verificar as condições atuais para a autorização do reinício das atividades do curso.

Os estudos preliminares realizados pela equipe de supervisão desta Delegacia, através dos documentos arquivados no setor, contatos telefônicos, reuniões e visita ao local, onde se pretende reativar o curso, apontam para a realização de ações que devem anteceder os trabalhos da Comissão.

Com o intuito de agilizar o andamento do processo em referência, solicitamos urgência nas providências dessa Fundação, no sentido de remeter a esta Delegacia os seguintes documentos:

- 1 - Cópia das atas do Conselho Diretor aprovando a reativação do Curso de Filosofia, no Colégio Diocesano;
- 2 - Relação nominal (com respectivos cargos) dos membros dos Conselhos de acordo com o Estatuto;

A Sua Senhoria o Senhor
DOM MATIAS PATRÍCIO DE MACÊDO
Presidente da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras
Cajazeiras - PB

- 3 - Cópia da ata do Conselho Curador demonstrando os recursos de manutenção do curso;
- 4 - Apresentar proposta de novo Regimento coerente com a nova situação da Faculdade, com apenas um curso;
- 5 - Apresentar cópia do Convênio com a UFPB para utilização do acervo da Biblioteca do Campus V;
- 6 - Informar os dados atualizados sobre a Faculdade de Filosofia:
 - 6.1 - Nova Grade Curricular;
 - 6.2 - Corpo Docente adequado as disciplinas de nova grade;
 - 6.3 - Relação Nominal do acervo próprio da Biblioteca da Faculdade
 - 6.4 - Planta baixa dos edifícios e instalações localizando os ambientes que serão utilizados;
 - 6.5 - Cópia das certidões cartorárias de posse dos prédios;
 - 6.6 - Relação dos equipamentos disponíveis para os ambientes de trabalho.

Considerando o acima exposto, só será possível o deslocamento da Comissão para verificação das condições atuais de funcionamento do curso, após a análise dos documentos citados.

Na certeza do pronto atendimento de Vossa Reverendíssima, colocamos os serviços desta DEMEC à disposição dessa Fundação para agilização dos trabalhos

Atenciosamente,


MARTINHO QUEIROGA SALGADO
DELEGADO DO MEC NA PARAÍBA

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPb) E A FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS (FESC) PARA REALIZAR CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, NA FORMA ABAIXO:

Aos dias do mês de do ano de mil novecentos e setenta e três, a Universidade Federal da Paraíba (UFPb), representado neste ato

e a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras (FESC), representada por seu Presidente D. Zacarias Rolim de Moura, Bispo da Diocese de Cajazeiras, resolveram celebrar o presente convênio com a finalidade de realizar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, durante o mês de janeiro de 1974, Cursos de Especialização de Extensão Universitária, em nível de pós-graduação, com cento e oitenta aulas por disciplina, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: DISCIPLINAS- Concordam a UFPb e a FESC, por este Convênio, em realizar na cidade de Cajazeiras, na sede da Faculdade, Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação, das disciplinas que se seguem: LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA, HISTORIA DO BRASIL e GEOGRAFIA DO BRASIL.

SEGUNDA: PARTICIPANTES- Poderão participar dos Cursos constantes da Cláusula anterior professores das Faculdades de Cajazeiras, Patos, Sousa, Mossoró, Crato e Iguaçu, como também, havendo vagas, outros graduados em preparação para o magistério superior.

TERCEIRA: PROFESSORES- Por este instrumento, a UFPb concorda em ceder professores com habilitação legal para ministrar os quatro cursos especificados na cláusula primeira.

QUARTA: SUPLEMENTAÇÃO

DE SALÁRIO- A FESC obriga-se a pagar aos ministrantes dos cursos referidos, a título de suplementação salarial, a importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por cada disciplina.

QUINTA: HOSPEDAGEM E

TRANSPORTE- A FESC obriga-se, ainda, a custear as despesas de hospedagem e transporte dos professores ministrantes dos cursos de que trata o presente convênio.

SEXTA: DIPLOMAS- A UFPb obriga-se a expedir diplomas aos participantes, contendo a Carga Horária, Frequência, aproveitamento através de conceito, a assinatura do Reitor e do Coordenador do Competente departamento da UFPb, bem como o visto do Presidente da FESC.

SETIMA: HORÁRIA- Concordam as partes integrantes deste convênio em planejar conjuntamente a cota diária de aulas e os expedientes em que devam ser ministradas as disciplinas a que se refere a Cláusula primeira.

E, por estarem de comum acordo, firmaram as partes o presente instrumento em quatro vias que vão devidamente assinadas na presença de duas testemunhas abaixo.

João Pessoa,

Representante da UFPb

Representante da FESC

Testemunhas:

—

NOVA ERA

FUNDADO PELA LEI Nº 617 de 30 de janeiro de 1977

ADMINISTRAÇÃO FRANCISCO MATIAS ROLIM

Jornal Oficial do Município de CAJAZEIRAS - 30 de Janeiro de 1979

Nº 7

DECRETOS DO PREFEITO

30 de JULHO DE 1978

Define o conceito de moradia popular e pequena reforma para efeito de dispensa de assinatura e responsabilidade de profissional habilitado junto ao CREA.

O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB, no uso das atribuições parciais da Lei,

Art. 1º

A Prefeitura Municipal de Cajazeiras, através do Assessor Técnico, poderá aprovar, a requerimento do interessado, a pequena reforma.

Para efeito da concessão, moradia popular é a que atenda os requisitos:

a) só pavimento e destinar-se exclusivamente à residência;

b) área de construção não superior a 50 metros quadrados para 03 (três) dormitórios, e não superior a 60 metros quadrados para 04 (quatro) dormitórios;

c) a estrutura especial não exigir cálculo estrutural, não constituindo parte de agrupamento ou conjunções;

d) a construção se empregarem os materiais mais simples, e com maior volume e facilidade no local, capazes de garantir o mínimo de habitabilidade, solidez e higiene.

e) a fim do mesmo artigo anterior, considera-se atendidos os requisitos seguintes:

1) estar no mesmo pavimento do prédio existente; 2) ter estrutura ou arcabouço de concreto armado; 3) passar a área de 30 (trinta) metros quadrados, com ou sem acréscimos;

4) qualquer parte do edifício situado no alinhamento;

5) o projeto a ser requerido, poderá ser apresentado pelo interessado ou ser fornecido pela Prefeitura, que determinará e aprovará os projetos básicos.

6) vantagens deste Decreto, só poderão ser concedidas a cada cinco anos.

7) dispensas de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão concedidas após a assinatura, pelo interessado, do documento em que se declara:

a) estar ciente das penalidades legais impostas aos infratores;

b) obrigá-lo a seguir os projetos deferidos, sob responsabilidade da licença concedida;

c) declarar ciente de que passa a ser o responsável pela execução da moradia popular;

d) declarar se o projeto foi ou não fornecido pela Prefeitura, indicando o projeto fornecido.

Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Matias Rolim

PREFEITO MUNICIPAL

CAJAZEIRAS - PB, em 26 de Janeiro de 1979.

Francisco Matias Rolim

PREFEITO MUNICIPAL

AUTORIZA DOAÇÃO DE TERRENO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, PARA A CONSTRUÇÃO DO SEU 5º CAMPUS

UNIVERSITÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS-PB,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DECRETA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Cajazeiras autorizado a fazer doação de um terreno à UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, para construção do seu 5º Campus Universitário, com uma área de 25,0 hectares, no imóvel rural denominado "ANTERO", município e comarca de Cajazeiras, situado na Data de Alagôa de São Francisco, dentro dos limites: ao norte com terras do Dr. João de Sousa Rolim Péba e sua mulher, pela estrada que vai a Antenor Navarro; ao sul com João Batista Lopes Rolim sua mulher e o Dr. João de Sousa Rolim Péba e sua mulher; ao leste com o Dr. João de Sousa Rolim Péba e sua mulher; ao oeste com o patrimônio da CEEAP com as casas populares.

Art. 2º Autoriza, ainda, ao Poder Público Municipal a fazer a execução deste Lei e a consequente lavratura e registro da escritura de doação, de conformidade com o que trata o Art. 1º.

Art. 3º A Universidade Federal da Paraíba terá o prazo de um (01) ano para iniciar a construção do seu Campus Universitário, findo o qual e a Universidade não tiver construído, o imóvel voltará a pertencer ao Poder Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da lavratura da escritura e seu registro correrão por conta da Prefeitura Municipal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, em 26 de janeiro de 1979.

Francisco Matias Rolim

PREFEITO MUNICIPAL

Francisco Marcos Pereira

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 440/79

REGULAMENTA A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CRIADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 616 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1976, QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, CONFORME ABAIXO ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS-PB, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a taxa de iluminação pública de que trata o Art. 60 item IV da Lei Municipal nº 616 de 21 de Dezembro de 1976, que instituiu o Código Tributário do Município de Cajazeiras, na forma seguinte:

Decreto-lei 477/67 | Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1967

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêles;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias. Citado por 2

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências

convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei.

Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Tarso Dutra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.2.1969

Cajazeiras: 20 anos de ensino superior

José Antônio de Albuquerque
(Prof. e Diretor do C/V 1980/1983)

A História do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras não pode se separar da própria história da Diocese, tendo a frente D. Zacarias Rolim de Moura, idealizador e criador da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - órgão mantenedor da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras.

Esta unidade de Ensino Superior teve na pessoa do Cônego Luiz Gualberto de Andrade a força dinâmica e impulsionadora do seu desenvolvimento.

O perfil do sacerdote e do intelectual marcou toda a existência desta Escola Superior, hoje transformada em Centro de Formação de Professores - Campus V, pertencente a Universidade Federal da Paraíba. Cresce na memória a imagem do Educador corajoso, síntese de um novo Anchieta e de um moderno Padre Rolim.

A vasta experiência, reflexão e visão acumuladas ao longo de 20 anos à frente dos destinos do Ensino Superior em Cajazeiras, estimulou o cônego Gualberto a doar todo o acervo de bens materiais da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras à Universidade Federal da Paraíba, numa demonstração despreendimento pelas coisas materiais, visando tão somente bem servir a comunidade sertaneja paraibana como a de Estados vizinhos.

A FACULDADE DE CAJAZEIRAS

O funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, a partir da década de 70, coincide com a retomada do desenvolvimento da cidade.

Fato similar ocorreu, em meados do século passado, quando o seu processo de formação esteve ligado, também, à uma instituição de ensino: O Colégio Padre Rolim que na época proporcionou ao povoado, um índice de desenvolvimento e de integração sensivelmente maior do que ocorrera até então.

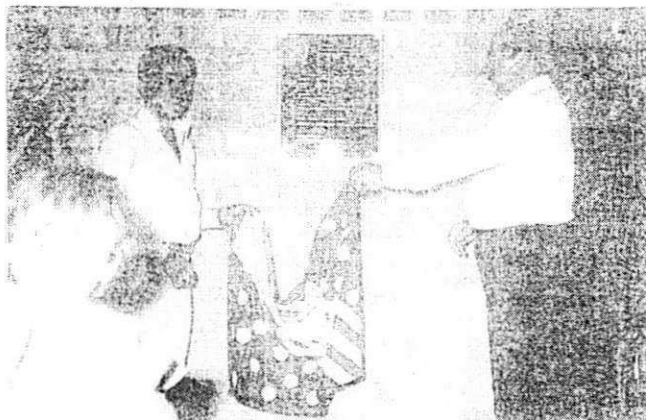
* Uma figura importante da Paraíba consultada em 1969 sobre a possibilidade de ser criada uma Faculdade em Cajazeiras respondeu que era "o mesmo que querer colocar um chapéu de massa na cabeça de um burro". Outros muitos não acreditaram. Muitos sonharam. Poucos realizaram e tiveram a visão de tirar do atraso cultural o interior nordestino. A Metrópole não podia prolongar o mais possível a dominação cultural. Chegava a hora dos filhos dos trabalhadores pobres terem a possibilidade de acesso ao ensino de 3º grau. A massa de estudantes que não tinha condições econômicas de migrar foi a grande beneficiada. Foi um ato revolucionário.

Do ano de 1969 quando foi nomeado Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras - O cônego Luiz Gualberto de Andrade, se constituiu ao longo de 10 anos no exemplo maior de dedicação, da honradez, de operosidade a frente dos destinos desta unidade de Ensino Superior.

"A UNIVERSIDADE FEDERAL"

A Universidade Federal da Paraíba marca a sua presença em Cajazeiras, inicialmente através de um convênio com a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras para funcionamento na área tecnológica em cursos de licenciatura plena em matemática, física, química e Biologia, em 1978.

Em 29 de janeiro de 1979, a Prefeitura Municipal de Cajazeiras, através do seu Prefeito, Sr. Francisco Matias Rolim doou a Universidade um terreno com uma área de 25 (vinte e cinco) hectares, destinado a instalação do Campus V, quando na época era Reitor o Professor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque. A estes dois homens junta-se o Cônego Luiz Gualberto de Andrade nesta luta da presença



- O prof. José Antônio e o ex-Reitor da UFPB, Bertilo Borba, inaugurando os 2.564 m quadrados de área construída no ano de 1983

da UFPB no interior. A boa vontade do Sr. Prefeito, junta-se ao arrojo do Reitor e ao despreendimento do Cônego Gualberto e o Campus V se torna uma realidade.

Com a aprovação dos três Conselhos Superiores da Universidade: O Curador, o de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) e o Conselho Universitário, no dia 13 de Fevereiro de 1979 pela resolução 62/79, foi criado o Campus V, destinado a desenvolver atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão predominantemente na área de formação de profissionais de educação para estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

A Pró-Reitoria para assuntos do Interior, assumiu a responsabilidade de supervisionar a implantação do Campus V e a parte acadêmica ficou sob a responsabilidade do Centro de Humanidades de Campina Grande.

"O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES"

No dia 06 de Fevereiro de 1980, através do parecer Nº 146/80, foi criado o Centro de Formação de Professores, tendo como seu primeiro Diretor, o Cônego Luiz Gualberto de Andrade. O Campus V ganhava autonomia. Passava a ter voz e voto junto aos Conselhos Superiores da Universidade.

Rompia-se o monopólio literário. Foi um ato de contestação e ebulição. Era preciso lutar para evitar o fracasso.

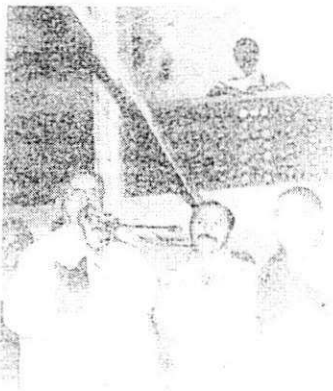
Em 1985, um Pró-Reitor disse de público em Cajazeiras que o Centro de Cajazeiras poderia ser fechado. Os males da Universidade Federal da Paraíba, partiam de Cajazeiras. Era o ódio dos escalões superiores contra o interior. No epi-

sódio da redução das vagas alguns membros do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em equivocados pronunciamentos nos responsabilizava pelos males intrínsecos do próprio sistema educacional brasileiro. A eloquência de determinados conselheiros davam a idéia que no interior estavam "os jagunços rústicos e fanáticos" em contraposição ao Brasil avançado das elites do litoral. Evidenciava-se uma conspiração. Mas veio a reação contra a injustiça. A Comunidade Acadêmica organizou-se - produz-se a rebelião, canaliza-se a força para a transformação do retrocesso em canto de vitória e liberdade. Este episódio nos mostrava a clara evidência da influência do elitismo da Universidade Paraibana. O Campus V, queiram ou não alguns medalhões conseguiu desenvolver na sua gente um nível de consciência capaz de entender o grau de participação da vida educacional do interior nordestino. Tem procurado fazer um trabalho sério, uma ação consistente para elevar a qualidade do profissional do magistério que tem concluído a cada semestre o seu curso.

"INSTALAÇÕES FÍSICAS"

O Campus V funcionou inicialmente no Prédio da Faculdade de Filosofia, na Rua Padre Rolim, enquanto o majestoso edifício com três pavimentos era implantado no alto da Boa Vista, cuja construção, teve início em setembro de 1979.

No dia 1º de Agosto de 1979, o Chefe do Departamento de pessoal da UFPB se deslocou até Cajazeiras e foram assinados todos os contratos com os corpos docentes e administrativos, para dar início oficialmente ao funcionamento da Universidade de Cajazeiras. Nesta



mesmo dia foram assinadas as portarias dos chefes de Departamento e coordenadores de cursos.

No dia 03 de Fevereiro de 1980 foi finalmente inaugurado o 1º edifício do Campus V num total de 2.583 metros quadrados de área, além de uma Caixa D'água para 450.000 litros e uma Guarita.

Aumentava a cada semestre o número de professores, alunos e funcionários. Havia necessidades de ampliação dos espaços físicos. Foi então que, o Reitor Berilo Borba em grande solenidade inaugurou ambientes de professores, bloco para administração, Cantina, Diretório Acadêmico, Biblioteca e Quadra de esporte polivalente. Esta solenidade, foi realizada no dia 13/01/83, cuja bênção das instalações foi oficializada pelo Bispo da Diocese de Cajazeiras, Dom Zacarias Rolim de Moura. Todas essas obras totalizaram 2.504 metros quadrados. Ainda no Reitorado do Professor Berilo Borba, foi perfurado um Poço Artesiano que abastece d'água o Campus V.

Hoje passados dez anos da presença da Universidade em Cajazeiras, a cada dia ela se torna o nosso orgulho maior!...

"OS AVANÇOS"

O Reitorado do Professor Berilo Ramos Borba, foi o mais promissor para o Campus de Cajazeiras.

O pessoal administrativo em 1979 de dezesseis, evoluiu para ses-

enta e cinco funcionários em 1983 consolidando o funcionamento do Centro.

O pessoal docente em 1979 de quarenta cresceu para cento e cinco em 1983, já possuindo o Centro onze com Mestrado, sessenta e dois com especialização, dois com aperfeiçoamento e trinta graduados. Os docentes do Centro de Formação de Professores, se constituem no patrimônio maior desta unidade de ensino, atendendo no ano de 1983 a cerca de 1.500 alunos regularmente matriculados e ministrando 202 disciplinas, totalizando 827 créditos. Em 1989 o Centro tem nos quatro Departamentos, cento e trinta

docentes para atender 1.025 alunos.

Ainda no ano de 1983 foram defendidos quatro teses de mestrado nos mais diversos ramos de conhecimentos, além de nove dissertações de mestrado em andamento. Houve também a participação efetiva de docentes em congressos, simpósios e seminários em várias regiões do país.

O acervo bibliográfico evoluiu de 14.939 em 1979 para 18.535 volumes em 1982 e as consultas e empréstimos no mesmo período de 13.599 para 18.235.

No período 1980/1988 concluíram os seus estudos e colaram

grau os seguintes estudantes: 417 em Geografia, 542 em História, 366 em Letras, 338 em Ciências, 445 em Pedagogia, 13 em Química, 19 em Física, 36 em Matemática, 105 em Biologia e 74 em Estudos Sociais, totalizando 2.355 professores licenciados e legalmente habilitados para o Exercício do Magistério.

A Comunidade acadêmica do Campus V é uma bandeira heroica a serviço da causa da renovação das viciadas estruturas de Educação deste país. É um grito no deserto. É uma luz na escuridão. É um grito de esperança.



A SAÚDE EM BOAS MÃOS

"HESTA SIGNIFICATIVA DATA EM QUE SE COMEMORA MAIS UM ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO DO FUNDADOR DE CAJAZEIRAS, DESEJO SAUDAR A TODOS OS CAJAZEIRENSES, DESEJANDO-LHES MUITA PROSPERIDADE". AO MESMO TEMPO, REAFIRMO OS MEUS PROPÓSITOS DE CONTINUAR LUTANDO NA SUPERINTENDÊNCIA DO NONO NÚCLEO DE SAÚDE, SEDIADO NESTA CIDADE, PELA SAÚDE DO POVO SERTANEJO".

PARABÉNS!

João Bosco Nonato Fernandes
(Superintendente do Núcleo de Saúde)

"NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AO LADO DO PREFEITO ANTÔNIO VITÓRIANO, NAS MINHAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS À FRENTE DA MARAJÓ E AGORA, NO FUTEBOL COM O NOSSO NACIONAL, SEREI SEMPRE UM DEFENSOR INTRANSIGENTE DOS INTERESSES DESTA CIDADE."

"PARABÉNS, CAJAZEIRAS BRAVA

José Nello Rodrigues
(vice-prefeito)

